Sexta-feira, 21 de novembro de 2025 I Série — Número 30

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 20 DE NOVEMBRO DE 2025

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
Maria Germana de Sousa Rocha
Joana Fernanda Ferreira de Lima

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 7 minutos.

Foi anunciado um apelo da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados para a necessidade de ser respeitada em plenitude a obrigação assumida no início do mandato parlamentar, com a assinatura do termo de posse previsto no artigo 2.º, alínea *a*), do Regimento, no sentido de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição.

Deu-se conta da entrada na Mesa das Propostas de Lei n.os 40 a 43/XVII/1.ª, do Projeto de Lei n.º 292/XVII/1.ª, dos

Projetos de Resolução n.os 363 e 364/XVII/1.ª e dos Projetos de Deliberação n.os 17 a 20/XVII/1.ª e da retirada do Projeto de Resolução n.º 3/XVII/1.ª.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados relativos à renúncia de uma Deputada do PS e de um Deputado do CH e à suspensão de uma Deputada do PSD, e respetivas substituições, bem como a autorizar dois Deputados do PS a intervirem em tribunal.

Iniciou-se a discussão, na especialidade, da Proposta de Lei n.os 37/XVII/1.ª (GOV) — Orçamento do Estado para 2026 (artigos 2.º a 6.º, 8.º a 52.º e 54.º a 62.º e propostas de artigos novos). Usaram da palavra, a diverso título, além dos Secretários Adjunto e do Orçamento (José Maria Brandão de Brito), do Tesouro e das Finanças (João Silva Lopes), da Segurança Social (Susana Filipa Lima) e dos Assuntos Fiscais (Cláudia Reis Duarte), os Deputados Hugo Carneiro (PSD), Miguel Matos (PS), André Ventura (CH), Isabel Mendes Lopes (L), Mariana Mortágua (BE), Alfredo Maia (PCP), Inês de Sousa Real (PAN), Paulo Núncio (CDS-PP), Mário Amorim Lopes (IL), Gonçalo Lage e Carolina Marques (PSD), Pedro do Carmo (PS), Manuela Tender (CH), Mariana Vieira da Silva (PS), Dulcineia Catarina Moura (PSD), Rita Matias e Eduardo Teixeira (CH), Filipa Pinto e Patrícia Gonçalves (L), Paula Santos (PCP), Aida Carvalho (PS), Cláudia Estevão (CH), Susana Correia (PS), Alberto Machado (PSD), Rosa Isabel Cruz, Eva Cruzeiro, Ricardo Lima e Marina Gonçalves (PS), Marco Claudino e Isaura Morais (PSD), Rui Afonso (CH), Mariana Leitão (IL), Carla Barros (PSD), Miguel Cabrita e Catarina Louro (PS), Paulo Neves e Helga Correia (PSD), Pedro Sousa e Patrícia Faro (PS), Patrícia Carvalho (CH), Margarida Afonso e Tiago Barbosa Ribeiro (PS), Ricardo Carlos, Almiro Moreira, Alberto Fonseca e António Rodrigues (PSD), Pedro Coimbra (PS) e Angélique Da Teresa (IL).

O Presidente (Rodrigo Saraiva) encerrou a sessão eram 13 horas e 44 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Bom dia a todos, pedia às autoridades o favor de abrirem as portas das galerias, para o acesso do público.

Eram 10 horas e 7 minutos.

Sr.as e Srs. Deputados, vamos dar início à nossa sessão. Antes de iniciarmos a ordem do dia, vou dar a palavra ao Sr. Secretário da Mesa, pedindo o favor de fazer a leitura, que ficou acordada fazer, relativamente a alguns pareceres. Pedia a atenção dos Srs. Deputados.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, antes de mais, é um apelo da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no sentido de apelar a todos os Deputados à Assembleia da República para a necessidade de respeitarem em plenitude a obrigação assumida no início do mandato parlamentar, com a assinatura do termo de posse previsto no artigo 2.º, alínea *a*), do *Regimento da Assembleia da República*, no sentido de defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição da República, nomeadamente assegurando, no desempenho das suas funções, a proteção das crianças e evitando a instrumentalização destas no debate político.

Deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as Propostas de Lei n.os 40, 41 e 42/XVII/1.ª (GOV) e 43/XVII/1.ª (ALRAM), o Projeto de Lei n.º 292/XVII/1.ª (PCP), os Projetos de Resolução n.os 363/XVII/1.ª (PAR) e 364/XVII/1.ª (CH) e os Projetos de Deliberação n.os 17, 18, 19 e 20/XVII/1.ª (PAR), tendo sido retirado o Projeto de Resolução n.º 3/XVII/1.ª (PCP).

Temos ainda vários pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no que respeita à substituição de Srs. Deputados, que deverão ser postos a votação.

O primeiro refere-se ao pedido de renúncia ao mandato da Sr.ª Deputada Jamila Madeira, do PS, que será substituída pelo Sr. Deputado Luís Graça, e o parecer relativo ao Sr. Deputado Rui Cristina, do CH, no sentido de suspensão do mandato, sendo substituído pelo Sr. Deputado António Carneiro.

Há também um pedido de suspensão do mandato da Sr.ª Deputada Andreia Bernardo, do Partido Social Democrata, que será substituída por Liliana Fidalgo.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar estes pareceres em conjunto.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro, Juízo de Instrução Criminal de Santa Maria da Feira — Juiz 2, Processo n.º 1666/19.T9VFR, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Deputado Armando Mourisco (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Viseu, Juízo de Instrução Criminal de Viseu — Juiz 1, Processo n.º 535/23.7T9VIS, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Deputado Pedro Delgado Alves (PS) a prestar depoimento por escrito, como testemunha, no âmbito dos referidos autos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, está em apreciação o parecer.

Pausa.

Não havendo pedidos de palavra, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, quer a palavra para?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, creio que o Sr. Secretário da Mesa disse que o Deputado Rui Cristina tinha suspendido o mandato, mas não foi suspensão do mandato, foi mesmo renúncia ao mandato. Queria só confirmar se a votação decorreu devidamente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, no *restart* demora algum tempo a aquecer.

A Mesa confirma que foi votada não a suspensão, mas a renúncia de mandato do Sr. Deputado, porque foi eleito Presidente da Câmara. Com esta sinalização, considera-se a votação feita nesses termos.

Sr. Deputado Hugo Soares, faça favor.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, apenas para dar nota do seguinte: houve um erro da Mesa na leitura — o que acontece —, corrigido pela intervenção do Sr. Deputado Pedro Pinto.

Mas é preciso ter cuidado, porque poderíamos estar a votar uma coisa diferente daquilo que veio no relatório da Comissão de Transparência e, isso, pode querer dizer que não estamos a votar aquilo que foi a vontade do Sr. Deputado.

Portanto, pediria que se anulasse esta votação e que não fôssemos precipitados na assunção de que se trata de uma renúncia e não de uma suspensão.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — O que está escrito no parecer relativo à substituição do Sr. Deputado Rui Cristina é «renúncia ao mandato».

O Sr. **Presidente**: — Quanto ao Sr. Deputado Rui Cristina, o que está escrito, efetivamente, é «renúncia», a leitura feita é que não correspondeu ao que está escrito.

Quanto à Sr.ª Deputada Jamila Madeira está escrito, efetivamente, «suspensão de mandato». Portanto, não há dúvida de que a votação tem em conta o que está escrito nos pareceres.

Vamos agora entrar na nossa ordem do dia.

O primeiro ponto, relativo à discussão de concessão de processos de urgência, se não houver nenhuma oposição, passará para amanhã, para que hoje, na Conferência de Líderes, o Governo possa dar alguns esclarecimentos complementares, porque havia grupos parlamentares que não estavam em condições de fazer a apreciação relativamente ao seu sentido de voto. Portanto, se não houver oposição de ninguém, da ordem do dia de amanhã constaria este ponto relativo às votações da concessão de processos de urgência. Este ponto passará, portanto, para amanhã.

Passamos, assim, para o segundo ponto, com o debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Orçamento do Estado para 2026.

Para a primeira intervenção, dou a palavra ao Sr. Secretário de Estado do Orçamento.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento** (José Maria Brandão de Brito): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Há um ano e meio, o Governo da AD (Aliança Democrática) apresentou-se a esta Assembleia, e ao País, com uma Agenda Transformadora para Portugal. Essa agenda foi organizada em 10

eixos prioritários, com o firme propósito de melhorar a vida de todos os portugueses, de forma perene e financeiramente sustentável.

Ora, a proposta de lei do Orçamento do Estado, entregue pelo Governo a esta Assembleia, mais não é do que a simples tradução financeira da porção das políticas públicas que concretizam essa ambiciosa Agenda em 2026.

Por uma questão de transparência democrática, que devemos aos portugueses, foi expurgada da proposta de Orçamento do Estado a tentação de legislar iniciativas políticas sem conteúdo orçamental — os chamados cavaleiros orçamentais.

Na senda dessa mesma transparência, a proposta de lei entregue pelo Governo consegue uma alteração de paradigma ao adotar a abordagem da orçamentação por programas, que, basicamente, transforma a lógica centrada nos recursos empregues nos orçamentos passados numa lógica orientada para os resultados.

Esta abordagem permite ao Parlamento, e à opinião pública em geral, escrutinar a ação do Governo face às metas e indicadores concretos inscritos no Orçamento. Daqui resulta que alterar a proposta de lei do Orçamento do Estado com a inserção de medidas avulsas, durante a apreciação na especialidade, dilui este mecanismo de controlo, com prejuízo para a transparência democrática.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, a proposta de lei que hoje começa a ser apreciada, na especialidade, traduz o compromisso e a ambição deste Governo de melhorar a vida dos portugueses e reforçar a posição de Portugal no mundo. Em suma, este é um orçamento focado nas reformas estruturais, atinentes ao aumento da produtividade e da competitividade da economia portuguesa, à intensificação do combate à corrupção e à regulação da imigração.

É um orçamento comprometido com a execução do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). É um orçamento que aposta na reforma do Estado para melhorar a capacidade dos serviços públicos de resolver, melhor e de forma mais célere, os problemas dos portugueses. É um orçamento que incorpora as novas reduções de impostos sobre o rendimento das famílias e das empresas. É um orçamento que eleva o complemento solidário para idosos, pela terceira vez em ano e meio de governação.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — É um orçamento que continua a reforçar a dotação orçamental dos vários serviços públicos e que acomoda a valorização de mais carreiras da Administração Pública.

Por isso, afirmo: este é um bom orçamento, que traduz uma visão clara e uma ambição inequívoca para a economia e para o País, que não só não aumenta nenhum imposto, como alivia a carga fiscal sobre as famílias e empresas, melhora a qualidade dos serviços públicos e preside ao início de uma reforma profunda da administração do Estado na sua relação com as empresas e com as famílias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Portugal é já uma referência na Europa em termos de desempenho orçamental, e cada vez mais o será em termos de crescimento económico. Ano após ano, os *superavits* acumulam-se e o rácio da dívida pública no PIB (Produto Interno Bruto) reduz-se. A economia portuguesa cresce confortavelmente acima da média europeia, o emprego está em máximos e o desemprego em mínimos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Essa é que é essa!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — As agências de *rating* louvam a gestão das finanças públicas deste Governo e melhoram a notação da nossa dívida pública, cujo custo, nos mercados internacionais, quase não se distingue do da Alemanha e está abaixo do de França e de Espanha.

Aplausos do PSD.

Mas não nos iludamos, Portugal continua a ter uma restrição orçamental ativa, determinada pelo ainda elevado endividamento público que impende sobre o País. Este contexto, combinado com a circunstância de, em 2026, se dar uma concentração avultada de empréstimos PRR, retira qualquer margem de acomodação de novas propostas, a menos que queiramos votar o País ao regresso a um passado de défices.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Isso!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — E para regressar aos défices não é preciso muito, basta que este Parlamento aprove,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … por exemplo, três propostas de alteração de redução da taxa de IVA (imposto sobre o valor acrescentado): uma para os painéis solares, bombas de calor, etc., que custa mais de 100 milhões de euros; outra para os produtos alimentares dos animais de companhia, que custa mais de 80 milhões de euros; e uma outra para atos médicos veterinários, que custa mais de 180 milhões de euros.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, termino com um alerta e um apelo. A exigência financeira imposta pelo imperativo de execução do PRR, torna o espaço orçamental para 2026 muito exíguo. Assim, desafio as bancadas aqui representadas…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A votar aquilo e não fazer nada!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … a não desvirtuarem a proposta de Orçamento entregue pelo Governo, a qual reduz impostos para as famílias e as empresas, reforça as funções do Estado Social, melhora os serviços públicos, acelera o investimento público, mas, ainda assim, mantém um tão crucial excedente orçamental.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Muito bem!

Aplausos do PSD e CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém está com vontade de bater palmas?! Essa euforia toda!…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se a euforia ganhasse eleições, vocês estavam em todas!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Olha, em Sintra!…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É sempre a crescer!

O Sr. **Presidente**: — Vamos agora para o Artigo 2.º — Valor reforçado. Tenho seis inscrições relativamente a este artigo. A primeira inscrição é do Sr. Deputado Hugo Carneiro, do Partido Social Democrata. Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, iniciamos esta discussão, na especialidade, do Orçamento do Estado e não poderíamos deixar de elencar aqui algumas das propostas que a AD traz a esta Câmara.

Trazemos, desde logo, um pagamento suplementar extraordinário das pensões no próximo ano, se as condições das finanças públicas o permitirem. Trazemos a necessidade de o Governo avaliar a criação de um regime que permita aos imigrantes da diáspora portuguesa regressarem a Portugal quando estão reformados, com um regime fiscal mais atrativo para os fixar nos territórios de baixa densidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Queremos também promover a utilização de genéricos, tendo em vista a redução dos custos com os medicamentos. Queremos limitar o aumento das propinas, quando temos mestrados que são essenciais para que os alunos integrem uma atividade profissional.

Estes são apenas alguns exemplos. E estes exemplos das propostas da AD surgem num contexto de um orçamento que baixa impostos, não aumenta nenhum imposto. E gostava de recordar, a este propósito, que, em cerca de dois anos, já baixámos mais de 3500 milhões de euros em impostos,…

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

… nas principais áreas que afetam os trabalhadores e que afetam as empresas — mas que afetam, maioritariamente, os trabalhadores.

Gostava também de recordar que mantemos a trajetória de redução da dívida pública, com uma economia a crescer, com baixo desemprego e com emprego em máximos históricos.

Mas é preciso também olhar para as propostas da oposição. Já aqui o Sr. Secretário de Estado disse que é preciso responsabilidade.

Por exemplo: escolas, linhas de comboio, hospitais, postos da GNR (Guarda Nacional Republicana), estradas — quanto é que custa isto? Os partidos da oposição apresentam cerca de 160 propostas para novas estradas, novos hospitais, novos postos da GNR, etc., mas ninguém diz quanto é que isto custa.

Temos também propostas caricatas: o Partido Socialista quer aprovar no Orçamento a transmissão de jogos de futebol; o Chega quer aprovar a redução do IVA dos chocalhos, e junta-se à esquerda na questão do IVA dos alimentos;…

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

… o Livre está preocupado com o sono e acha que é fundamental fazer um grande estudo nacional sobre o sono dos portugueses, juntando-o à resistência do sistema jurídico português contra o choque autoritário e, repetente do ano passado, ao estudo da solidariedade raiana — é só estudos para o Livre!

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos e do Deputado do L Paulo Muacho.

O PAN quer dar ao Tribunal Constitucional 1,9 milhões de euros, mais do que aquilo que o Tribunal Constitucional veio aqui pedir.

Protestos do L.

Que generoso anda o PAN — para além dos santuários dos animais —, ou o PCP, que se virou para o peixe-espada. Sim, repito, para o peixe-espada, e as 15 000 pipas que devem ser adquiridas neste Orçamento do Estado.

Quanto ao custo das propostas, só algumas das propostas do Chega vão em mais de 6400 milhões de euros; a Iniciativa Liberal, sem medidas fiscais, andará entre 1000 e 1100 milhões de euros;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha se o PS não vos desse a mão!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — … o Livre vai em 9300 milhões de euros; o PCP em 6700 milhões de euros; o Bloco de Esquerda em 4300 milhões de euros.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Ah, bem moderado!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — É melhor as pessoas irem à banca!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Gostava de recordar que só a proposta do aumento do subsídio de refeição anda na ordem dos 1000 milhões, Sr.ª Deputada.

É caso para dizer: partidos pequeninos, mas com vícios de gente grande.

Aplausos do PSD.

Do PAN são mais de 500 milhões e nem o JPP deixou de trazer 1000 milhões para o Orçamento do Estado.

O PS está aqui, enfim, num colete de forças e tentou restringir-se nas suas propostas, mas já vimos…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Estás a ver? Ainda bem que reconheces!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — … que, para quem vem com a responsabilidade de tratar do Orçamento do Estado, apresentar aqui propostas que mostram a necessidade de transmitir jogos de futebol, está tudo dito.

Mas o PS também tem aqui algumas coisas caricatas que gostava de recordar.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Caricatas?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Por exemplo: no Centro Educativo da Madeira, foi contra nos Orçamentos do Estado para 2024 e para 2023 e, depois, mudou de ideias no de 2025, e agora já tem proposta própria; sobre a reabilitação do edifício do Inatel, a mesma coisa e agora já tem proposta própria; e sobre a dedutibilidade dos gastos em atividade física era contra em 2024, em 2025 absteve-se, e agora já tem proposta própria.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É uma evolução.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É uma evolução.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É a chamada passagem da posição para a oposição.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Srs. Deputados, deixo aqui um aviso à navegação: durante as votações do Orçamento do Estado na especialidade, sempre que o saldo orçamental for manifestamente colocado em causa, não deixaremos de fazer essa acusação, porque os senhores terão de assumir as vossas responsabilidades.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh! Mauzão!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — O PS é um partido responsável!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Matos, do Partido Socialista.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o PS é um partido responsável e cumpre com as suas responsabilidades.

Aplausos do PS.

Risos do CH, da IL e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sempre assim foi! Essa é que é essa!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Trouxe a bancarrota!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — O PS vai viabilizar este Orçamento do Estado e vai viabilizá-lo, não obstante ser um orçamento do Estado sem credibilidade. E não somos nós que o dizemos, são todas as instituições, nacionais e internacionais, que entendem que as projeções macroeconómicas são otimistas, que em vez de um excedente vamos ter um défice e que se queixam da falta de transparência orçamental.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Bem lembrado!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Vamos viabilizar este Orçamento do Estado apesar disso.

Aplausos do PS.

Vamos viabilizá-lo, apesar de ser um orçamento de fim de festa, que corta 400 milhões de euros nos apoios aos agricultores, 880 milhões de euros no Serviço Nacional de Saúde, 1500 milhões de euros na política climática e que tem escondido um aumento de até 1000 milhões de euros do ISP (imposto sobre os produtos petrolíferos e energéticos).

Aplausos do PS.

Fazemo-lo, Sr.as e Srs. Deputados, por um imperativo de responsabilidade, porque é melhor termos algum orçamento, mesmo que um orçamento mau, a não termos Orçamento e a não podermos executar o último ano do Plano de Recuperação e Resiliência.

O PS é um partido responsável e vai cumprir com as suas responsabilidades. Vai cumprir nas suas votações na especialidade do Orçamento do Estado.

Os vários partidos apresentaram um recorde de propostas de alteração e o Partido Socialista vai abster-se na generalidade destas propostas, e vai fazê-lo por um motivo muito claro: porque, tal como o Sr. Deputado Hugo Carneiro reconheceu, o Partido Socialista não apresentou propostas de alteração que ponham em causa o saldo orçamental.

Aplausos do PS.

Mas é por isso mesmo que não vamos viabilizar propostas de alteração que possam, dessa forma, colocar em causa o saldo orçamental, porque não daremos ao Governo o álibi para não cumprir com o saldo orçamental.

Aplausos do PS.

E fazemo-lo por um motivo muito claro: porque o Governo tem responsabilidades. Nós deixámos o País a crescer 3 % e este Governo deixa o País a crescer 2 %.

Protestos do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Nós deixámos o País com os salários a crescerem muito mais do que estão a crescer agora.

Protestos do PSD.

E este Governo, que já gastou o excedente todo que deixámos, tem agora a responsabilidade de cumprir com aquilo que deixou neste Orçamento do Estado.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, o PS é um partido responsável, que cumpre com as suas responsabilidades, e as nossas propostas de alteração visam, justamente, assegurar que o Governo cumpre com as suas para que, se houver um aumento extraordinário das pensões, esse aumento seja tornado permanente; para que, se os portugueses pagarem mais ISP nas bombas de gasolina, esse dinheiro seja devolvido numa redução no IVA nos bens alimentares;…

Aplausos do PS.

… para que os filhos da classe média, para quem este Parlamento aprovou o alargamento do apoio ao alojamento estudantil, possam receber esse apoio; para que os investimentos previstos no PRR — na saúde, na área social — possam ser verdadeiramente cumpridos; e para que, quando o Sr. Ministro Pinto Luz andou na campanha autárquica a prometer investimentos na rodovia e na ferrovia, o Governo cumpra com a sua palavra e não engane os portugueses, Sr. Presidente.

Aplausos do PS.

O PS é um partido responsável, que cumpre com as suas responsabilidades, mas está na altura de o Governo também cumprir com as suas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura, do Chega.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, o Orçamento que é hoje apresentado, na sua versão final, ao País é um mau Orçamento do Estado.

O Partido Socialista não aprova este Orçamento por qualquer questão de responsabilidade ou de peso de consciência; o Partido Socialista aprova este Orçamento, porque se tornou na muleta do PSD no Parlamento nacional,…

Aplausos do CH.

… porque este Orçamento é tudo o que o PS não fez, na sua grande maioria; medidas de que discordou; e até medidas que votou contra firmemente.

Mas o PS arranja sempre um motivo para viabilizar o Orçamento: no ano passado era porque não queria criar uma crise política e é agora porque quer, ou não quer, que o Governo possa fugir à sua responsabilidade.

O PS passou de segundo para terceiro e passará de terceiro para quinto ou para sexto; o PS tornou-se inútil na nossa democracia.

Aplausos do CH.

Mas há que dizer também o óbvio: temos um Governo que se apresenta aqui no Parlamento a dizer «Meus senhores, este é o Orçamento que temos, e, atenção, que não se pode mudar nada, porque se mudarem alguma coisa dão cabo disto tudo.» E o exemplo que o Sr. Secretário de Estado deu foi o de se mexer no IVA das rações

dos animais. Quem estiver em casa deve pensar assim: que raio de Orçamento é este que, se mexermos no IVA das rações dos animais, desestrutura e faz desfazer todo o Orçamento?

Risos do CH.

É um Orçamento que só pode ser duas coisas, Sr. Secretário de Estado, com toda a franqueza e olhos nos olhos: ou é um mau Orçamento, porque é mau e tem más normas; ou é um mau Orçamento, porque foi feito por gente incompetente. Eu acho que foi as duas coisas, francamente.

Aplausos do CH.

Mas o Orçamento é mais grave por outra coisa: porque mantém a mesma e velha lógica de continuar a sacar às pessoas nos impostos indiretos para fingir que dá alguma coisa nos outros impostos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Há três casos, Sr. Secretário de Estado, que são particularmente paradigmáticos e o dos combustíveis é um deles. Os senhores não conseguem assumir que este Orçamento vai aumentar os combustíveis.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Este Orçamento do Estado vai aumentar os combustíveis. Este Orçamento vai tornar o ISP no mais elevado dos últimos 27 anos, e isto tem de ser assumido. Esta é uma escolha do Governo, que podia não o fazer. Os combustíveis vão aumentar e está na vossa mão e na vossa decisão o que aqui fizerem.

O adicional do IUC (imposto único de circulação) foi um erro, necessário em 2014, que hoje decidem manter; um erro que, em fevereiro, se vai pagar já caro. O Governo tinha a hipótese de acabar com ele, mas preferiu não o fazer e manter-nos a pagar, a pagar, a pagar, a pagar, para continuar a sustentar uma máquina de Estado brutal e enorme.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Outro caso é o das portagens. As portagens fazem com que os portugueses sintam que, todos os dias, perdem na economia, perdem na competitividade e, ainda assim, sacam-lhes do rendimento o pagamento de portagens em estradas que pagaram durante 10 anos.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem! Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Isto acontece em muitas das nossas pontes, estradas do interior, estradas do litoral, acontece em todo o País. Os senhores tinham a escolha de acabar ou de amenizar isto, mas não quiseram; quiseram continuar a sacar, a sacar e a sacar para sustentar a mesma máquina do Estado.

Estes três pontos dos impostos indiretos — impostos sobre os combustíveis, o adicional do IUC e as portagens —, são o símbolo maior de que, no essencial, no grosso, este Orçamento não é muito diferente dos Orçamentos de António Costa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Era sacar à classe média, sacar a quem paga impostos, sacar ao contribuinte para sustentar a classe do Estado e os que não querem fazer nada. É isso que este Orçamento continua a fazer.

Aplausos do CH.

Por isso, Sr.as e Srs. Membros do Governo, não se venham queixar de entendimentos de nenhuma espécie.

Quero deixar aqui claro ao País, no primeiro dia da discussão orçamental — e leiam os meus lábios — o seguinte: as portagens vão mesmo acabar, onde tiverem de acabar, em Portugal. Vão mesmo acabar! As portagens vão mesmo acabar!

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

E as pensões, o que puderem subir, subirão, porque é hora de acabar com o rastro e com o lastro de miséria em que os nossos reformados vivem hoje.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — É hora de acabar com o lastro de miséria em que os nossos pensionistas vivem hoje. É hora de acabar com isto!

Aplausos do CH.

Tal como é hora de acabar com isto, é hora de, por uma vez, termos um orçamento que saiba para onde se está a gastar o dinheiro. Por isso, assumimos o que já no passado dissemos: temos de ver para onde o nosso dinheiro, o dinheiro dos contribuintes, anda a ser distribuído. Mas, se há coisas que são menos mal, há outras que não são.

Protestos da Deputada do PSD Isaura Morais.

O Chega não aceita, o Chega não aceitará que um cêntimo do Orçamento do Estado seja dado para promover associações que promovem a cultura LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgénero) e a ideologia de género…

Aplausos do CH.

… e não permitirá que nem mais um cêntimo deste País seja gasto a financiar mesquitas, o islamismo e o que for em Portugal.

Aplausos do CH.

Estaremos contra, votaremos contra e queremos um país em que os portugueses estejam em primeiro lugar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Sr.as Concidadãos nas galerias, o Sr. Secretário de Estado há pouco dizia que este Orçamento é a simples tradução financeira da visão política do Governo para a economia e para o País. Por isso, votámos, muito convictamente, contra o Orçamento do Estado na generalidade, porque este é o Orçamento do Estado que confirma uma orientação política num País onde não se consegue comprar casa, onde não se sabe onde é que o nosso bebé vai nascer, onde há uma orientação política de um Governo que acha que modernizar o trabalho

é torná-lo precário e que o crescimento se faz dando mais e mais poder a quem já mais tem e achando que isso, depois, vai beneficiar quem tem menos, quando, na verdade, beneficiamos mais quando ajudamos quem tem menos, quem tem menores rendimentos, e é assim que fazemos o País crescer.

No Livre sabemos que nunca devemos desistir de propor e de aprovar medidas concretas que fazem mesmo a diferença na vida das pessoas e foi isso que fizemos no processo de especialidade.

O Livre apresentou mais de 300 propostas muito concretas — e, Sr. Deputado Hugo Carneiro, fizeram mal as contas, de certeza, não foram contabilizar do lado da receita, porque nós temos propostas tanto do lado da receita como do lado da despesa — e algumas são cavaleiros orçamentais, sim, mas são cavaleiros orçamentais do bem.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Aliás, estranho que o PSD venha dizer que há propostas que são caricatas, inclusive alguns estudos que o Livre propõe e que são estudos relevantes. É que, para legislarmos, precisamos de estudar os assuntos; e eu acho até estranho, porque o próprio PSD vem propor um estudo — e muito bem, nós achamos muito bem que venha propor um estudo —, que o PSD seja tão contra os cavaleiros orçamentais…

Risos da IL.

… e contra os estudos,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Do Orçamento?!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … na verdade, vem propor um estudo relativamente à tributação de pensões de novos residentes. E nós acompanharíamos essa necessidade e esse estudo, porque, sim, é importante estudar para poder legislar.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — E, Sr. Deputado Hugo Carneiro, veio aqui ridicularizar a proposta do estudo do sono, quando, na verdade,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ele próprio é um sonho!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … o Governo tem falado tanto sobre a necessidade de aumentar a produtividade em Portugal. Portugal tem das piores taxas de sono da Europa…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Também estou a precisar de dormir melhor!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … e isso prejudica altamente a produtividade no nosso País.

E, portanto, sim, se queremos trabalhar sobre a produtividade em Portugal, temos de perceber quais são os fatores que verdadeiramente afetam a produtividade, que afetam a qualidade de vida das pessoas, e o sono e a maneira como nós dormimos mal em Portugal é um problema real e é um problema que nós devíamos estudar.

E, portanto, Sr. Deputado Hugo Carneiro, convidamo-lo a acompanhar as nossas propostas,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a dormir também!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … porque, de facto, são propostas que têm um impacto direto na vida das pessoas, inclusive esta, que tenta ridicularizar.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Mas, Srs. Deputados, o que estranhamos aqui, na verdade, é a falta de diálogo e de negociações que houve.

Nós não recebemos nenhum contacto, nem por parte do Governo, nem por parte do PSD,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Também não contam!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … e, na verdade, ao longo dos últimos anos, nos vários Orçamentos do Estado, o Livre tem conseguido fazer aprovar, através do diálogo e da discussão na especialidade, várias propostas, várias ideias, que têm feito um impacto enorme na vida das pessoas e que até têm sido adotadas pelo Governo, seja o Passe Ferroviário Nacional, que, entretanto, se transformou — e bem — …

Risos da IL.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ai, que bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … … no Passe Ferroviário Verde, chegando a mais pessoas; com propostas como o subsídio de desemprego para vítimas de violência doméstica. Foram propostas que nós conseguimos fazer aprovar em Orçamentos do Estado, porque houve diálogo, inclusive em alturas de maioria absoluta do Governo do PS.

E, portanto, estranhamos que haja aqui uma falta de diálogo neste Orçamento do Estado.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Porque é que não querem conversar sobre propostas que são importantes? É que nós temos aqui a oportunidade de fazer esse diálogo, e respeitar o parlamentarismo é falar com todos, e não apenas com um lado do Hemiciclo.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Isso mesmo!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — A não ser que me digam — e isso seria uma ótima notícia — que não há diálogo porque, na verdade, as propostas do Livre são tão boas que vão ser aprovadas, sem necessidade de as discutirmos e de dialogarmos. E aí seria uma ótima notícia e retiraria tudo o que disse atrás, porque aprovar as medidas do Livre para este Orçamento do Estado quer dizer que vamos ter, para o ano, aumentos estruturais e não pontuais nas pensões mais baixas; que teremos a evolução de um Passe Ferroviário Nacional para um passe de mobilidade nacional que chega a todas as pessoas e a todo o País;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não há comboios! Não há comboios!

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — … que teremos o alargamento da semana de 4 dias, do teste da semana de 4 dias, tanto na Administração Pública como no setor privado, e isto, sim, faz a diferença na produtividade; que teremos aumento de salários na Administração Pública, na carreira do docente; que testaremos o rendimento básico de coesão que ajude mais famílias a fixarem-se no interior; que teremos um serviço nacional de habitação focado em descer o preço das casas e aumentar o parque público de habitação; que ajudaremos as famílias de crianças com cancro, doença crónica ou com deficiência a estarem mais tempo com as suas famílias e, portanto, isso sim, seriam boas notícias deste Orçamento do Estado. E é para isso que nós vamos trabalhar neste processo de especialidade e esperamos que haja diálogo nestes próximos dias para o fazermos.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda. Faça favor.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, este Orçamento podia, de facto, aumentar o subsídio de refeição para lá dos míseros 10 cêntimos que o Governo apresentou e que são uma afronta a quem trabalha e tem de comer para viver.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Podia comprometer-se, este Orçamento, já com aumento de pensões extra, em vez de deixar ao futuro, e os pensionistas sem saber se vão ou não ter aumento. Este Orçamento podia permitir a dedução dos juros do crédito à habitação para contratos posteriores a 2011, porque as famílias, neste momento, não conseguem suportar os juros do crédito à habitação. E podia até descer o IVA da produção de chocalhos em Alcáçovas — faz parte da economia local e da cultura local de uma vila importante no Alentejo.

Protestos do Deputado Pedro dos Santos Frazão.

Podia fazer qualquer uma destas coisas, mas a verdade é que não faz nada disso, porque, em vez disso, escolheu descer não uma, mas duas vezes os impostos aos bancos — não uma, mas duas vezes os impostos aos bancos no valor de centenas de milhões de euros.

A questão, Srs. Deputados, não é se há défice ou se não há défice, a questão é como é que se alcança esse resultado. E essas são as escolhas que o Governo terá de explicar ao longo destes dias, em que chumbará as propostas para aumentar receita, e veremos se aprova ou não as propostas para melhorar a vida dos portugueses.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, já está bem demonstrado que este Orçamento do Estado é o Orçamento do Governo,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se é do Estado, convém ser do Governo!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … é o Orçamento do PSD, do CDS e será também o Orçamento do Chega,…

Risos do CH.

… da Iniciativa Liberal,…

Risos da IL.

… e do «deixa passar»,…

Protestos do CH e do CDS-PP.

… e do «deixa passar» do PS, mas não é o Orçamento de que o País precisa.

Este Orçamento não serve o País, não serve os trabalhadores, não serve os reformados e pensionistas, as crianças, os jovens e as famílias. Mas também não serve a economia, mesmo estando ao serviço dos interesses dos grandes grupos económicos.

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Aliás, o PSD veio aqui regatear as verbas para melhorar a vida das pessoas, dos trabalhadores, das famílias, de quem trabalhou e de quem trabalha uma vida inteira, mas é um mãos largas para os grandes grupos económicos,…

Protestos do CH.

… em que só a conta do IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) já vai em 2000 milhões de euros.

Este Orçamento não resolve os problemas do desinvestimento na escola pública, no Serviço Nacional de Saúde, nos serviços públicos. Não responde ao enorme défice de investimento público, ao esvaziamento e ao empobrecimento do interior e do mundo rural. Muito menos ataca os problemas do Portugal assimétrico e da profunda injustiça na distribuição da riqueza, que mantém 2 milhões de portugueses na pobreza.

Este Orçamento não promove o desenvolvimento da agricultura,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Álvaro Cunhal, 1975!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … das pescas, nem a reindustrialização do País e não protege as micro, pequenas e médias empresas, o pequeno comércio, a pequena agricultura; muito menos resolve a profunda injustiça fiscal e a fuga aos impostos.

Ora, o PCP está neste debate para o combate às medidas negativas e com propostas para melhorar a vida das pessoas e contribuir para o desenvolvimento do País:…

Protestos do CH.

… valorização do poder de compra dos trabalhadores, dos idosos e pensionistas e reformados; combate à evasão e privilégios fiscais; promoção da justiça fiscal; desenvolvimento do País e da sua economia, mas também da cultura, do lazer e do bem-estar de todos — eis o que apontam as propostas do PCP, neste debate, como nos combates de sempre.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Para a semana é o 25 de Novembro!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Faça favor.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Muito obrigada, Sr. Presidente, cumprimento também os Srs. Ministros e os restantes Membros do Governo, as Sr.as e os Srs. Deputados. Nós voltamos a este Orçamento,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nós, quem?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … porque não aceitamos, sequer, como inevitável que tenha de ser um país condenado a uma visão muito pequenina, e ouvimos há pouco o Sr. Deputado Hugo Carneiro falar nas propostas dos partidos, nomeadamente dos mais pequenos, que tinham vícios dos grandes.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Mais!…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Mas, de facto, Sr. Deputado, é muito curioso que o Sr. Deputado faça uma crítica àquilo que é o reforço da verba ao Tribunal Constitucional — assim, de repente, pensei que não estava a ouvir o PSD,…

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

… mas alguma força mais à extrema-direita do que propriamente um partido fundador da democracia —, …

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Partido fundador da democracia, como o PAN?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … ou criticar também propostas para criação dos santuários e que, de repente, também não estava a ouvir o PSD, por exemplo, de António Maria Pereira.

Mas, Sr. Deputado, há uma coisa com a qual o PAN não se conforma: não nos conformamos com um país condenado a viver todos os meses a contar tostões para pagar a alimentação, quando os Srs. Deputados e o Governo aqui nos trazem uma proposta que dá mais de 600 milhões de euros em borlas fiscais às empresas que mais poluem e lucram.

Falou nos 500 milhões de euros de impacto daquilo que é a despesa que o PAN cria com as suas propostas. Pois bem, mas também criamos receita quando acabamos precisamente com estas borlas fiscais, que são mais do que suficientes para acomodar as propostas que aqui trazemos e que são, desde logo, aquilo que são os custos com a habitação, com a alimentação.

E, sim, Srs. Deputados, nós queremos aquilo que seja a descida do IVA na alimentação animal, coisa que o PSD também já propôs — e que agora, pelos vistos, já se esqueceu — até pela mão do Ministro das Finanças, que aqui hoje não se encontra.

Por outro lado, também queremos garantir que os portugueses não estão reféns nem condenados a ter propinas mais altas, salários mais baixos, despedimentos das pessoas mais vulneráveis, em particular das mulheres, e também naquilo que são os seus direitos à habitação, à amamentação…

Por outro lado, queremos garantir que o IVA essencial, ao contrário de bens e serviços que aqui são vistos a baixar neste Orçamento, e que nos traz, até, um dilema ético: como é que é possível que este Governo que, ano após ano,… No ano passado negou baixar o IVA da saúde animal, negou baixar o IVA da alimentação animal, mas continua a dar borlas fiscais, quer às touradas e agora — pasmem! — à própria caça!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E muito bem!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — É isto que é a moralidade e a justiça social deste Governo?

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Quando os javalis forem comer as tuas cerejas e mirtilos…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Para o PAN isto não faz qualquer sentido e é uma clara distorção daquilo que são os valores sociais das famílias que hoje querem ver os seus custos mais reduzidos, incluindo com a alimentação animal.

Por outro lado, também, chegarmos às famílias. Não podemos continuar a beneficiar e a tratar as pessoas como se fossem uma nota de rodapé neste Orçamento, não só negando a tarifa social de energia para chegarmos a mais famílias ou o abono de família às crianças e ainda, também, garantir que este País pode ter mais acesso nas respostas às vítimas de violência doméstica.

Tivemos hoje uma notícia que nos diz que mais de metade da população já sofreu algum tipo de violência e que dessa metade da população as principais vítimas são as mulheres. E o que ouvimos aqui são partidos, até com maior representação parlamentar, vir falar e pôr em causa os direitos das pessoas LGBT…

Vozes do CH: — Ih!…

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — É o lóbi a funcionar!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … e a igualdade de género, que não podem ser tratados como uma agenda *woke*, mas sim como um grave problema nacional que nós temos para resolver, que é combater as desigualdades profundas que atingem os portugueses, e a violência, que não pode ser dada como algo inevitável. Porque a consequência da falta de respostas, inclusive orçamentais, é termos crianças nas escolas a ver que o ódio que continua aqui a grassar é replicado na violência que também contra elas é praticada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E dos ciganos, é verdade! Os ciganos uns contra os outros, é verdade!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Mas, Sr.as e Srs. Deputados, para nós, para o PAN, a justiça social tem de ser também uma responsabilidade orçamental, e é por isso que apresentamos contrapartidas robustas, seja com o fim das borlas fiscais às grandes poluidoras, que vão aumentar a receita em 624 milhões de euros, neste Orçamento.

Vimos também o aumento do IVA. Queremos também garantir o aumento do IVA nas viagens aéreas em Portugal continental, que aumentará a receita em 83 milhões de euros — e disso o Sr. Deputado Hugo Carneiro não falou.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

E mais, o imposto sobre as grandes plataformas digitais, com o aumento de receita de 75 milhões de euros, quando todos os anos falamos naquela que é a crise, por exemplo, do saldo do setor dos órgãos de comunicação social e dos *media* em Portugal.

A taxa sobre a indústria da celulose,…

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… que aumentará a receita em 61 milhões de euros e o fim da isenção do IMI (imposto municipal sobre imóveis) ao Campo Pequeno, também,…

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

… e do apoio público das touradas, que pode disponibilizar 28 milhões de euros ao erário público.

Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o Orçamento do Estado são escolhas, é escolher a quem queremos dar a mão. E mais uma vez, Sr. Deputado, trazem-nos uma visão do Portugal dos pequeninos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não sabe fazer contas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portugal dos pequeninos, que é do tamanho do PAN!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Nós temos uma visão de progresso, de economia verde e, acima de tudo, de ética e justiça social, que não deixe nem as pessoas, nem os animais, nem o ambiente para trás.

Protestos de Deputados do CH.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Querem falar dos *Tutti-Frutti*?

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, este é um Orçamento ambicioso, realista e prudente. É, desde logo, um Orçamento ambicioso porque traz crescimento económico, impulsionado pelas reduções de impostos e, em particular, do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) e do IRC. Portugal é, neste momento, um dos países que mais cresce da zona euro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Isso é para rir!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, sobretudo, Portugal já cresce mais do que a maioria dos países de Leste, ao contrário do que acontecia no tempo dos governos socialistas.

Protestos do PS.

Em segundo lugar, este é um Orçamento realista, que aponta para metas credíveis, ao contrário dos cenários tremendistas da oposição.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Portugal terá o terceiro excedente orçamental consecutivo, pela primeira vez na história da democracia portuguesa, e Portugal terá uma dívida pública abaixo dos 90 % do PIB, pela primeira vez desde 2009, dois anos antes da grande bancarrota socialista.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E para aqueles que acusam o Governo de irrealismo, eu aconselho a verem os números do crescimento económico e da execução orçamental do terceiro trimestre, que superaram todas as expectativas.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isto significa, e fica claro, que é preferível acreditar nas previsões do Governo do que, por exemplo, nas estimativas do Banco de Portugal, que quando era liderado por Mário Centeno, não acertou uma, falhou todas!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Em terceiro lugar, este Orçamento é um Orçamento prudente,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Pergunta à UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental)!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … é um Orçamento que mantém as contas públicas equilibradas e é um Orçamento que não entra em loucuras orçamentais. Sabemos que o ano de 2026 vai ser um ano exigente, por causa dos compromissos assumidos no PRR, e sabemos que os empréstimos entram diretamente na contabilização da despesa pública.

Por isso, este Orçamento terá de ser, necessariamente, um orçamento prudente e, por isso mesmo, é fundamental, é absolutamente decisivo que os partidos da oposição, e em particular os maiores partidos da oposição, mostrem responsabilidade política…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

… e maturidade democrática e não entrem em novos acordos e não entrem em novos conluios irresponsáveis que possam pôr em causa o equilíbrio orçamental durante a fase da especialidade.

Portugal não pode voltar aos défices públicos, Portugal não pode voltar aos desequilíbrios das contas públicas. É fundamental para o País, mas é absolutamente fundamental para o futuro de todos os portugueses.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, se Neil Armstrong descesse e aterrasse aqui, agora, nesta Assembleia da República, diria que este Orçamento é um pequeníssimo passo para o País e ainda um mais pequeno passo para melhorar a vida dos portugueses.

E perguntam: é melhor do que os Orçamentos do Partido Socialista? Pois com certeza! O Partido Socialista joga na distrital, na divisão de honra,…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Ah, que graçola!!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … é como se orgulharem de dar uma goleada à A.D. Baião (Associação Desportiva de Baião) ou ao Futebol Clube da Lixa. Pois, com certeza de que este será melhor que os Orçamentos do Partido Socialista, mas isso não deve ser motivo de orgulho, isso é o que se espera.

É melhor do que o do Partido Socialista, mas fica aquém daquilo que são as ambições legítimas dos portugueses, de poderem viver num país que dizem ser um país de nível europeu. Esse deve ser o nosso grande desígnio, transformar Portugal num país de nível europeu.

Da parte da Iniciativa Liberal, queremos dar aos portugueses o país que eles merecem, onde têm sítio para viver já, agora, e não têm de emigrar, e que não deixa ninguém para trás.

Protestos do PS.

Nesse sentido, as nossas propostas de redução fiscal ajudam efetivamente, são substanciais, ajudam a família. Implicam escolhas? Com certeza que sim. Se calhar, em vez de, de forma seletiva, se rever carreiras da Administração Pública, em alternativa, reduz-se o IRS a todos — a todos, incluindo às carreiras da função pública. São escolhas políticas, o Governo fez a sua, é legítimo, mas fica aquém das necessidades do País.

Nós queremos também que haja crescimento económico. As empresas são o motor de crescimento de riqueza, por muito que a esquerda não goste disso. Portanto, temos de aliviar os impostos às empresas para que elas possam, efetivamente, crescer, criar a riqueza…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Estamos a tratar disso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … que sustenta o Estado social. Queremos também, obviamente, que haja um mercado de habitação que funcione em Portugal. E podemos ir mais longe do que aquilo que são as propostas do Governo, podemos fazer um verdadeiro choque no arrendamento, fazer uma isenção completa de rendimentos prediais durante cinco anos para imóveis que não tenham estado no mercado de arrendamento nos últimos cinco anos. É um verdadeiro choque na habitação para introduzir imóveis.

E, finalmente, não queremos deixar ninguém para trás e, por isso, temos propostas para as creches, temos propostas como o cheque-psicólogo. A saúde mental é um problema muito grande em Portugal e temos também — aliás, creio que isso é transversal —, o reforço do apoio às famílias que enfrentam essa coisa terrível, e que não desejamos a ninguém, que é ter filhos com doenças oncológicas.

Portanto, este é o nosso programa, é a nossa forma de tentar trazer aquilo que é um orçamento da liga distrital, da divisão de honra, para a Champions. É esse o nosso caminho, é onde queremos chegar, queremos estar lado a lado com os portugueses, com os outros países europeus, não olhar de baixo para cima, como tantos aceitam como sendo o nosso fado e como algo que não tem outra alternativa.

Protestos do Deputado do PS Pedro do Carmo.

Dito isto, é impossível não olhar para o ramalhete, um autêntico ramalhete de propostas, e destacar aqui algumas que são completamente descabidas.

Em primeiro lugar, esta ideia do Partido Socialista, partilhada com o Chega, de que devemos colocar um agricultor em Bragança, que, na maior parte do tempo, só usa o seu trator e não usa autoestradas, a subsidiar o uso de autoestradas por pessoas bem mais ricas do que ele.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ei!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É uma total e completa injustiça, é uma grosseira injustiça e é extraordinário termos o Partido Socialista e o Chega a defender que pessoas mais pobres subsidiem o uso de autoestrada por parte de pessoas mais ricas.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua..

A proposta do Livre para a estratégia nacional da anticorrupção tem lá uma alínea…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem vergonha na cara!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … que propõe transferir, que já foi substituída uma vez e os Srs. Deputados não deram conta disso, para o Tribunal de Contas 1600 milhões de euros. Os Srs. Deputados queriam dizer 1 milhão e 600 mil, mas como para os Srs. Deputados, mais zero, menos zero, faz pouca diferença, puseram lá 1600 milhões de euros. Quando se olha para os contribuintes como um produtor de impostos, mais zero, menos zero, vai dar tudo ao mesmo — 1600 milhões de euros para o Tribunal Constitucional.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

E, finalmente, a proposta do Chega da remigração, em que na sua primeira versão, depois enfim, substituída, o Chega, que gosta tanto das polícias, que defende tanto as polícias, nem sequer sabe o nome das polícias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eh pá, tu és um anormal! És um anormal!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O Chega chamou à unidade nacional de estrangeiros e fronteiras unidade nacional de execução forçada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem vergonha na cara!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Deputado, são 60 Deputados e nenhum, nenhum, teve consciência disso, então não estou aqui a fazer nada.

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês são uma miséria! És um miserável! És uma vergonha! Vão mas é trabalhar, é o que vocês não fazem!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para intervir, o Sr. Deputado Filipe Sousa.

Protestos da IL e contraprotestos do CH.

Pausa.

Ainda estamos no início de uma longa maratona. Convém não gastar todas as energias logo à partida. Sr. Deputado Filipe Sousa, tem a palavra.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, em primeiro lugar, gostaria de deixar aqui uma nota para dizer que não existem orçamentos perfeitos, existem, sim,…

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, só 1 minuto. Peço aos Srs. Deputados que estão em pé e em diálogo o favor de se sentarem, a soma dos vários diálogos torna inaudível a intervenção do orador. Queria continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Dizia que não há orçamentos perfeitos, mas, sim — e acredito que existem —, orçamentos dinâmicos. Gostaria, nesta oportunidade e nos poucos minutos que me reservam, de fazer aqui uma síntese das principais medidas e propostas que apresento nesta discussão, na especialidade, do Orçamento do Estado para 2026.

Começo pela coesão territorial e mobilidade. Um dos grandes vetores das nossas propostas é, acima de tudo, a coesão territorial e propomos medidas que visem corrigir desequilíbrios entre Portugal continental e as regiões autónomas. Propomos a criação de um fundo de garantia aérea no valor de 190 milhões — e aqui quero agradecer ao Sr. Deputado Hugo Carneiro, do PSD, a referência que fez aos 300 milhões que o JPP apresenta, dizendo que vai onerar o Orçamento, quando estes 190 milhões já são um custo que está inscrito no Orçamento do Estado para 2026. Portanto, não estamos aqui a onerar este Orçamento, estamos, sim, a permitir que, através deste fundo, os residentes nas regiões autónomas deixem de ser fiadores do Estado. É simplesmente aquilo que propomos.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Por outro lado, queremos também uma garantia objetiva e não os estudos da linha regular marítima entre a Madeira e o continente. Também propomos que, no âmbito do plano de contingência da ligação marítima entre o Porto Santo e a Madeira, seja assegurada uma alternativa quando o aeroporto está inoperacional, protegendo, assim e acima de tudo, a dupla insularidade.

Gostaria, também, de fazer aqui uma referência muito especial às autarquias locais e às finanças locais. E aqui, Sr. Deputado Hugo Carneiro, não existe qualquer responsabilidade financeira ao nível das finanças do Estado porque aquilo que propomos é um aumento para 100 % da margem de endividamento dos municípios, acima de tudo para investimentos estratégicos, nomeadamente na área da proteção civil, na eficiência energética e no que diz respeito ao combate das perdas de água.

Por outro lado, pedimos também um ajustamento do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais para dar maior previsibilidade orçamental aos 308 municípios do País. Outra medida também muito importante é clarificar a natureza do saldo de gerência para dar maior flexibilidade aos executivos municipais aquando da elaboração dos respetivos orçamentos.

Outra medida também extremamente importante para a dupla insularidade do Porto Santo tem a ver com a introdução de uma majoração de 50 % do fundo de financiamento para o município do Porto Santo e aqui, sim, reconheço que irá onerar o Orçamento do Estado em cerca de 1 milhão de euros.

Portanto, estas medidas são exequíveis e aquilo que propomos é, acima de tudo, uma coerência interna no que diz respeito à distribuição do bolo do Orçamento do Estado. Queremos, sobretudo, uma justiça territorial em que uma parte significativa das propostas visa corrigir desigualdades entre as regiões, especialmente as ultraperiféricas, e isso, sim, é equidade constitucional.

Por outro lado, propomos também que o Estado seja eficiente e moderno. Para finalizar, Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, quero dizer que o JPP está pronto para cooperar, para negociar, para propor, mas também para exigir que este Orçamento seja um instrumento de justiça social e progresso real.

Por isso, o JPP lança um desafio: que este Orçamento do Estado para 2026 não seja apenas um documento de contas, mas um mapa de futuro para um Portugal mais coeso, mais justo, mais modernizado e mais solidário.

O Sr. **Presidente**: — Com isto termina este primeiro artigo, sujeito a intervenções de vários Deputados.

Aproveito para informar a Câmara de que estão presentes nas galerias, a assistir aos nossos trabalhos, dois grupos de 30 alunos, num total de 60 alunos e professores do Colégio Minerva, do Barreiro, e um grupo de 30 alunos e professores do Externato Marista de Lisboa.

Aplausos gerais.

Agora temos inscrições para a discussão do artigo 6.º-A. Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Humberto Brito, do Partido Socialista.

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, hoje podemos dizer, alto e bom som, que a política da habitação representa um profundo falhanço do Governo da AD e do seu ministério e ministro da propaganda.

Perante este drama nacional que afeta tantos jovens, o que vimos deste Governo? Vimos a insensibilidade de quem acha que uma renda moderada pode ser de 2300 €…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — … e vimos a incompetência de quem, durante dois anos, foi incapaz de projetar e construir uma única casa para os portugueses.

Aplausos do PS.

Perante este vazio, esta ausência de soluções e de sensibilidade, o Partido Socialista não se fica apenas pela crítica, apresenta propostas alternativas e concretas para resolver este problema.

Por isso, se o Governo não é capaz de resolver o problema da habitação em Portugal, pelo menos permitam que as autarquias, as juntas de freguesia, as câmaras municipais possam participar ativamente na resposta a este problema e a este flagelo nacional. São essas as nossas propostas, que apresentamos na especialidade, para que possa haver uma resposta muito concreta aos problemas dos portugueses.

Sr.as e Srs. Deputados, se hoje pudéssemos aplicar as regras que este Governo tanto quer aplicar aos trabalhadores deste País, bem podíamos dizer que o Ministro das Infraestruturas e Habitação devia ser despedido, e, sim, sem direito a qualquer indemnização e sem direito a ser reintegrado — …

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Indemnizações é convosco!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — … ele, que já foi reintegrado neste Governo depois de ter assinado uma carta de conforto a proteger os bancos que eram credores da TAP; ele, que permitiu e aprovou uma privatização em 48 horas, num Governo que estava em gestão.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — É mentira, foi a PARPÚBLICA (Participações Públicas, SGPS, SA)!

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Por isso, perante um drama nacional, o que queremos, o que o Partido Socialista verdadeiramente quer, é que este Governo permita resolver os problemas dos portugueses, chamando e convocando as autarquias para a solução e para encontrar respostas na habitação para tratar bem este flagelo nacional.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Lage, do Partido Social Democrata, para uma intervenção.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, na habitação, como todos sabemos, não há soluções instantâneas.

Uma casa não se constrói em seis meses, um bairro não se qualifica numa proposta de alteração do Orçamento do Estado, um parque público não nasce numa mudança de lei proposta de véspera. A habitação é, por natureza, uma política de ciclos longos e é por isso que a continuidade também é precisa.

Quando mudamos de rumo a cada Orçamento, quando criamos e extinguimos programas ao sabor da conjuntura, o resultado é sempre o mesmo: atrasos, processos parados, investimentos adiados e famílias que continuam sem resposta.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — A volatilidade legislativa tem um custo social muito concreto:…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — … mais tempo à espera de uma casa, mais incerteza para quem quer arrendar e mais risco para quem quer investir e construir.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Por isto, o Governo apostou, na verdade, num rumo estável na política de habitação, porque este rumo garante que os programas chegam ao terreno;…

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

… garante que os concursos municipais avançam; garante que as parcerias com o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) se concretizam e que as obras começam e têm um fim.

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

Sr.as e Srs. Deputados, as autarquias precisam de previsibilidade, não precisam de sobressaltos normativos.

Este rumo garante o investimento privado que é indispensável para complementar a oferta pública, porque ninguém vai investir em arrendamento acessível, em reabilitação urbana…

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

… ou em construção se não souber quais são as regras fiscais e regulatórias.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Exatamente!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o que o Partido Socialista aqui hoje propõe é proibir que o Governo possa alienar património que o Partido Socialista possa achar que tem vocação para habitação. Ora, basta recuar alguns anos e percebemos o que o próprio Partido Socialista fez com um património em concreto que achava que tinha vocação para ser uma residência de estudantes: o que aconteceu na Avenida 5 de Outubro é paradigmático.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É, é!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Foram anos e anos de um processo parado, estagnado, sem nenhum desenvolvimento.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS.

Sr. Presidente, uma política estável não significa, obviamente, repetir erros, não significa manter o que corre mal; significa evoluir, com base nos dados, avaliar os resultados e melhorar o que precisa de ser melhorado, sem destruir o que está a funcionar.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vai perguntar ao Carlos Moedas!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Por isto, Sr. Presidente, fica muito claro para nós que esta proposta do Partido Socialista, mais uma vez, se trata de um ziguezague…

Risos de Deputados do PS.

… para tentar condicionar e bloquear a atividade do Governo, quando, na verdade, do que nós precisamos é de uma política colaborativa, para atingirmos o resultado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Só 1 minuto, Sr. Deputado.

Peço aos serviços para se fazer a alteração do tempo, porque estava a ser descontado no PCP. A Mesa tinha já sido alertada para o efeito e, portanto, é necessário fazer a respetiva compensação: no PSD, retirando tempo e, no PCP, acrescentando. Certo?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é que nós não agradeçamos!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Nós é que precisamos de tempo!

O Sr. **Presidente**: — No âmbito do artigo 8.º — Alterações orçamentais, tem a palavra a Sr.ª Deputada Carolina Marques, do PSD, para uma intervenção.

A Sr.ª **Carolina Marques** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, para o PSD, as escolas do ensino particular e cooperativo prestam ensino público, e, se prestam ensino público, devem ter condições equiparadas às das escolas públicas.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Carolina Marques** (PSD): — A proposta que apresentamos é, por isso, uma questão de justiça e de equidade:…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Carolina Marques** (PSD): — … que o IVA seja restituído a estas escolas, para que possam investir no âmbito do PRR, tal como já acontece noutros estabelecimentos de ensino profissional, públicos e privados.

Hoje, estas escolas pagam IVA sem qualquer restituição, criando desigualdades injustificadas no sistema educativo. Com esta proposta, reforçamos a igualdade de oportunidades e asseguramos que o PRR é executado na sua plenitude.

A nossa preocupação foi, é e será sempre os alunos. A igualdade de oportunidades não se alcança com paralisias ou tiques ideológicos,…

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Carolina Marques** (PSD): — … e, por isso, questionamos: terão coragem para ultrapassar as resistências ideológicas, ou vão continuar a discriminar as escolas que prestam o mesmo serviço público?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para intervir o Sr. Deputado Pedro do Carmo, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, agricultura é sustentabilidade, agricultura é preservação da biodiversidade, agricultura é sinónimo de coesão. O que queremos e defendemos é uma agricultura moderna e competitiva, que garanta segurança alimentar.

O regadio é fundamental para cumprir esse objetivo, e, por isso mesmo, em tempo, o Governo do PS apresentou e criou o Programa Nacional de Regadios, que tem sido implementado a uma velocidade muito baixa.

Por isso, propomos que o Governo implemente quatro medidas. Primeiro, que inicie e, noutros casos, acelere o processo de aprovação ambiental e técnica de vários projetos que estão pendentes.

Segundo, que reabilite e modernize os perímetros de rega existentes, com a intenção de novos sistemas de distribuição e promoção de sistemas de energia para autoconsumo.

Terceiro, que reabilite e promova a construção de pequenos regadios tradicionais.

Quarto, que acelere a construção de novos regadios no Norte, no Centro, Alentejo e Algarve, permitindo assim a transformação desse território com uma agricultura competitiva e moderna, que fixa pessoas nos territórios de baixa densidade e nos torna menos dependentes do exterior.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o CDS e o PSD apresentaram, em sede de especialidade, uma proposta que visa garantir que os estabelecimentos de ensino privado e cooperativo possam recuperar o IVA nos investimentos que fazem ao abrigo do PRR.

O CDS tem-no dito muitas vezes, e repetirá as vezes que forem necessárias: ao contrário do que diz a esquerda, a rede escolar não é só escola pública.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A rede escolar inclui o ensino particular e cooperativo, que presta um serviço inestimável e garante a liberdade de educação em Portugal.

Por isso, esta proposta é inteiramente justa. Acaba com uma discriminação, absolutamente inaceitável, relativamente aos estabelecimentos privados e cooperativos, a bem da igualdade, mas sobretudo a bem da liberdade de educação.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Tender, do Chega.

A Sr.ª **Manuela Tender** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Chega vem propor a valorização e o reconhecimento dos assistentes operacionais em exercício de funções nas escolas, através da proposta de aditamento 262-C.

Primeiro, propomos a criação de uma carreira e consequente definição de conteúdos funcionais, garantindo também a formação profissional específica adequada à multiplicidade de funções que desempenham.

Todos reconhecemos a relevância destes profissionais na vigilância, cuidado e higienização dos espaços escolares, no apoio a docentes e alunos, nomeadamente aos alunos com necessidades educativas especiais, no apoio técnico e logístico e no trabalho administrativo, mas também na ligação da escola à comunidade e aos pais e encarregados de educação.

Esse reconhecimento social não tem tido tradução em medidas efetivas de valorização e reconhecimento destes profissionais, nem no acesso a formação específica. Pelo contrário, eles têm muitas vezes vínculos precários, são em número insuficiente, cada vez se lhes exige mais e circulam entre múltiplos serviços, não tendo a valorização salarial adequada.

É, pois, da mais elementar justiça dotar estes profissionais de uma carreira com definição clara de conteúdos funcionais, proporcionar-lhes a formação adequada ao exercício de funções e garantir o reforço salarial compatível com a dignidade e exigência profissionais. Estes elementos são essenciais, também, para a atratividade da profissão e para o rejuvenescimento geracional dos quadros.

Esperamos que os grupos parlamentares viabilizem esta medida da mais elementar justiça e que permitam a inscrição no Orçamento do Estado do reconhecimento e valorização dos assistentes operacionais, que tem sido unânime em todos os discursos parlamentares.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Passamos agora à proposta de um artigo 8.º-A, e tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, do Partido Socialista, para intervir.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, todos os dias há notícias de projetos cancelados no PRR. Hoje, é claro para todos que o objetivo de aceleração do PRR falhou e que a única coisa que acelerou no PRR foi mesmo o cancelamento de projetos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — As reprogramações sucedem-se, num clima de total opacidade,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — … e hoje ninguém sabe, em todo o território, o que acontecerá a muitos investimentos fundamentais.

As propostas do PS vão nesse sentido e são muito claras: que o Governo cumpra aquilo que disse em campanha, que nenhum destes investimentos ficará por concretizar.

O PS apresenta os investimentos que saíram do PRR, pedindo que o Governo se comprometa com eles — como diz sempre que tal é perguntado em entrevistas —, porque nós sabemos que os 14 000 lugares em creches e ERPI (estruturas residenciais para pessoas idosas) fazem falta, sabemos que os lugares de cuidados continuados ajudam o SNS (Serviço Nacional de Saúde) e fazem falta.

Há pouco, o Sr. Deputado Hugo Carneiro perguntava quanto é que custavam os hospitais que o Partido Socialista propõe. Pois, Sr. Deputado, o PSD, no ano passado, propôs o hospital de Beja, mas este ano retirou o hospital de Beja. Imagino que saiba quanto custa!

Aplausos do PS.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade! Isso não é verdade!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Não é verdade?!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.ª Deputada Dulcineia Moura, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso nem parece seu, Mariana!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Não é verdade? Quer as cópias?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Nem parece seu! Nem parece seu!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Hugo Soares, Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, tem um pedido de esclarecimento.

Faça favor, Sr.ª Deputada Dulcineia Moura.

A Sr.ª **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, pelo que pude apreciar do que acabou de dizer, considera então a Sr.ª Deputada que não deveria ter havido uma reprogramação do PRR,…

Protestos de Deputados do PS.

… uma reprogramação que nos permite estar hoje numa posição de bom executor, naquilo que têm sido as avaliações dos nossos pedidos de pagamento e que tem sido a avaliação da reprogramação e dos pedidos de ajustamento que têm sido feitos.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Mas, diga-me: estávamos melhor numa situação de incumprimento,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — … inclusivamente a nível da transferência de competências na área da saúde para as autarquias, que vocês não tinham feito?

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Que os senhores não assinaram!

A Sr.ª **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Estaríamos melhor, hoje, com um oitavo pedido de pagamento submetido já com antecipação? Devíamos estar melhor, Sr.ª Deputada…

E, porventura, recorda-se a Sr.ª Deputada de que os atrasos que herdámos na execução do PRR vêm da governação do Partido Socialista?

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

Vozes do PS: — Oh!

A Sr.ª **Dulcineia Catarina Moura** (PSD): — Se calhar não está recordada, Sr.ª Deputada, mas é importante. Assumo, inclusivamente, que esta proposta do Partido Socialista seja um *mea culpa* e seja uma responsabilização pelos vossos atrasos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva tem 2 minutos para responder, faça favor.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, o problema não é a reprogramação. O problema é uma reprogramação feita às escondidas, que ninguém conhece, nem a Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É isso!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — O problema é que, ao contrário do que aconteceu com reprogramações anteriores, não houve discussão pública, não houve diálogo com os autarcas, não houve diálogo com as CCDR (comissões de coordenação e desenvolvimento regional). É essa opacidade o problema e é essa a garantia que aqui procuramos.

Quanto ao mais, devo dizer que, sempre que os ouço, o Sr. Secretário de Estado ou o Sr. Ministro repetem exatamente as mesmas frases que eu dizia. Eram verdade na altura e são verdade agora! Portugal é um dos países da Europa que mais executou o PRR. Isso já era verdade e continua, felizmente, a ser.

Quanto a essa ideia de que nada estava feito, Sr.ª Deputada, sugiro que consulte as agendas dos Srs. Membros do Governo e veja tudo o que inauguram,…

O Sr. **Pedro do Carmo** (PS): — É verdade! Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — … porque aquilo que hoje inauguram é aquilo que estava feito quando foram para o Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Vamos passar à discussão do artigo 11.º — Orçamento com perspetiva de género.

No âmbito deste artigo, tem a palavra para uma intervenção a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, o Orçamento do Estado, como bem sabemos, define aquilo que realmente importa, e os direitos das mulheres não podem ser exceção.

Aliás, num País onde temos 70 casos de violência doméstica por dia, o PAN propõe, precisamente, alargar o Porta 65 às vítimas de violência doméstica, assegurar que os seguros de habitação cobrem também o realojamento e garantir carreiras estáveis aos profissionais da rede de apoio.

Não podemos também ignorar o aumento da violência sexual, incluindo na era digital, e por isso queremos facilitar a queixa, oferecer *kits* de dignidade e alargar a resposta em cenários de crise.

E também os 17 % de mulheres que vivem em pobreza menstrual têm de ter respostas. Por isso, defendemos o IVA zero para todos os produtos menstruais, e não apenas a distribuição gratuita nas escolas.

Para melhorar também o rastreio do cancro da mama e o acesso a medicamentos inovadores, propomos uma campanha nacional e a compra centralizada para as mais de 700 000 mulheres com endometriose, a quem queremos alargar e simplificar a comparticipação da medicação.

Sr.as e Srs. Deputados, combater a desigualdade de género não pode ser um chavão vazio ou um compromisso que alguns ou algumas querem passar a ferro, e é por isso mesmo que o PAN hoje traz um conjunto de soluções para garantir os direitos das mulheres.

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao artigo 14.º — Saldos do capítulo 70 do Orçamento do Estado, e tem a palavra para intervir a Sr.ª Deputada Rita Matias.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, alguém que estimo costuma dizer que muitos de nós não seremos chamados a morrer pela nossa Nação, como foram chamados os nossos pais e os nossos avós. Mas, certamente, todos os que estão aqui presentes são chamados a viver pela Nação.

Mesmo já tendo visto de tudo nesta Casa, não deixo de me surpreender quando percebo que a brigada do politicamente correto consegue rasgar sempre as vestes e tentar proibir a votação de propostas de fácil compreensão e de elementar justiça, pelas quais os portugueses clamam lá fora.

É que nós, de facto, não queremos nem mais 1 cêntimo de dinheiro público para a construção ou para a manutenção de mesquitas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Nem mais 1 cêntimo!

Aplausos do CH.

É evidente que a Europa vive hoje uma batalha civilizacional, uma batalha de valores, uma batalha demográfica, e as recentes eleições em Nova Iorque deixaram-nos bem claro que a demografia um dia vai mesmo subverter a democracia.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Podemos continuar com esta postura que vocês têm, de quem assobia para o lado, ou podemos reagir, atuar, defender o nosso País enquanto é tempo, porque isto é realmente uma questão de sobrevivência, uma questão de liberdade.

Aplausos do CH.

Enquanto a Europa se distrai, há grupos radicais que se infiltram, que se instalam e que financiam mesquitas no nosso território;…

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

… grupos que assumem que querem destruir o nosso País e destruir o Ocidente; grupos que não reconhecem a dignidade da mulher…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — … e que querem a mulher tapada e subjugada; grupos que não protegem as crianças.

Protestos da Deputada do BE Mariana Mortágua.

Pior, grupos que, nos seus países de origem, perseguem os cristãos, destroem e queimam igrejas e ainda matam missionários.

Isto está a acontecer lá fora e nós não queremos que aconteça no nosso País. É por isso que é preciso acabar com qualquer forma de financiamento público destes espaços, porque o Estado não pode, com dinheiro público, dos contribuintes, legitimar instituições que promovem visões contrárias à igualdade, à liberdade individual e à nossa Constituição.

Há várias mesquitas que operam no nosso País com total opacidade. Ninguém sabe quem paga, quem dirige, quem orienta e com que finalidade. O Estado português não pode financiar o risco. Ou vamos agir agora ou vamos ver bairros inteiros serem transformados em sociedades paralelas, com regras próprias e com códigos de conduta à moda do Irão ou do Afeganistão, como já acontece no Reino Unido e em França.

Dizer «nem mais 1 cêntimo do Estado para mesquitas» não é perseguição religiosa, é defesa da nossa democracia, é defesa da nossa segurança, é defesa da nossa identidade cultural. Impedir que Portugal financie a sua própria destruição é algo que temos de fazer, porque Portugal não se pode ajoelhar a qualquer civilização alheia.

Aplausos do CH.

Eu sei que os Srs. Deputados sabem que temos razão e que, cedo ou tarde, vão dar razão a este grupo, tal como fazem em matéria de imigração. Esperemos, a bem dos nossos filhos, a bem dos nossos netos, que seja mais cedo do que tarde.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Relativamente a uma proposta de aditamento de um artigo 18.º-A, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, o Governo já não consegue disfarçar o seu cinismo quando se discute a indecência do aumento em 10 cêntimos no subsídio de refeição — e só para 2027, recorde-se! —, ou a atualização dos salários da Administração Pública.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Só fala o Alfredo? O Paulo Raimundo não fala?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — A reposição do poder de compra dos trabalhadores da Administração Pública, para compensar as perdas de mais de 20 % nas últimas décadas, exige uma negociação séria com os sindicatos. O PCP aponta como objetivos fundamentais a valorização geral em 15 %, em pelo menos 150 € para todos, bem como a fixação do subsídio de refeição em 12 €.

No conjunto das propostas em debate, o PCP aponta a urgente revogação do SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública), um sistema de avaliação imposto pelo PS, com o apoio do PSD e do CDS, que é necessário substituir por um sistema sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo.

Propomos também a reposição das profissões e carreiras eliminadas pelo PS, pelo PSD e pelo CDS, valorizando-as e assegurando a progressão desses trabalhadores, assim como se impõe nas centenas de milhares de trabalhadores que as administrações e as empresas do sector empresarial do Estado continuam a explorar em inaceitável precariedade.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Também relativamente a uma proposta de aditamento de um artigo 18.º-A, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo escolheu baixar os impostos à banca, não uma, mas duas vezes.

O Bloco propõe o aumento do subsídio de refeição para 12 €, para que possa acompanhar o aumento do preço da alimentação.

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

E propomos que este aumento aconteça no público, mas que seja alargado ao privado, onde, neste momento, não é sequer obrigatório haver o pagamento do subsídio de refeição e há muitos trabalhadores que não têm acesso ao mesmo.

Agora, resta saber o que é que a Assembleia da República vai escolher: descer os impostos à banca ou aumentar o subsídio de refeição?

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao artigo 19.º — Ajudas de custo, trabalho suplementar e trabalho noturno nas fundações públicas e nos estabelecimentos públicos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Teixeira, do Chega, para intervir.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, queria cumprimentá-lo e cumprimentar também os Srs. Deputados e os Srs. Membros do Governo.

De facto, esta questão do subsídio de refeição é importante, não só para corrigir assimetrias, mas também para criar maior justiça social e, de alguma forma, aproximar do privado, porque é um contrassenso que, no privado, se possa dar subsídio de refeição com uma isenção de IRS que ultrapassa os 10 €: 10,20 €.

Em 2026, não há nenhum tipo de aumento do subsídio de refeição no Estado. Há, depois da entrada em vigor deste Orçamento, uma aproximação, ao aumentar 10 cêntimos por ano: em 2027, em 2028 e em 2029.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Dez cêntimos por dia, não é por ano!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Por dia!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — É injusto e acho que se deve corrigir.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Por dia!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Desafio alguém, até os membros do Governo, a dizer onde é que se pode almoçar por 6 €, sendo funcionários do Estado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É por dia! Enganaste-te!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Desafio-o, Sr. Deputado Hugo Soares, a dizer qual é o restaurante, qual é o sítio onde se pode almoçar por 6 €.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do PSD.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — O Governo prima, mais uma vez, por não permite nenhum tipo de aumento, desde que entrou em funções.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Chama-se subsídio!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Desde 2023, do tempo em que aqueles senhores mal governavam Portugal, o subsídio de desemprego mantém-se inalterado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Aumentámos!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — A nossa proposta é progressiva: 1 €. Não vamos ao populismo do Partido Comunista nem do Bloco de Esquerda, dos 12 €. Temos consciência de que tem de ser de uma forma gradual, mas com justiça social, aproximando 1 € por ano nos próximos três anos:…

Protestos do PSD.

… 7 € em 2027, 8 € em 2028 e 9 € em 2029.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Temos de criar justiça social e o Estado tem de dar o exemplo logo aí, nos seus funcionários. É justo que esta proposta seja apresentada, ela é equilibrada — nas contas do Sr. Deputado Hugo Carneiro, não chega aos mil milhões de euros, fica por alguns montantes.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Tem de ser 12 €! Por 7 € não se come!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Acho que têm aqui uma boa oportunidade para aprovar uma proposta que cria justiça social e em que o Estado dá o exemplo aos seus funcionários.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Hugo Soares está a pedir a palavra. É para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sobre a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É uma nota muito rápida e creio que,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não vai ser uma interpelação à Mesa!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Se o Sr. Presidente entender, pode até descontar no tempo do Grupo Parlamentar do PSD, como se fosse uma intervenção.

O Sr. **Presidente**: — Quero é que seja uma interpelação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas não é assim!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É uma questão muito simples, e creio que o Sr. Deputado Eduardo Teixeira concordará comigo e ele próprio assumirá o engano. É bom, para todos os portugueses que nos acompanham terem a certeza daquilo que aqui se discute: é que o aumento não é anual, como o Sr. Deputado disse, é diário;…

O Sr. **Presidente**: — Mas isso, Sr. Deputado…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — … e não se trata do subsídio de desemprego, trata-se do subsídio de refeição.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — São meros equívocos que vale a pena esclarecer.

O Sr. **Presidente**: — … pedia que não se usasse a figura regimental da forma que…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Estava a tentar ajudar!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tanta asneira, nem batem palmas!

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Vou ter de dar a palavra ao Sr. Deputado Eduardo Teixeira, mas não pode ser numa interpretação extensiva, tem de ser restritiva, senão nem daqui por um ano… nem para o Orçamento de 2027!

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, é muito rápido. Gostava, por seu intermédio, de dar nota ao Sr. Deputado Hugo Soares, agradecendo-lhe, de que os 10 cêntimos diários, de facto,…

O Sr. **Presidente**: — Exatamente, está retificado.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — … durante o ano 2027, e não 2026, não dão para comprar um pão!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Está clarificado, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é isso que está em causa!

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Não dá para comprar um pão!…

O Sr. **Presidente**: — Está clarificado, Sr. Deputado.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — Era isso que o senhor devia ter aqui dito.

O Sr. **Presidente**: — Está clarificado.

O Sr. **Eduardo Teixeira** (CH): — É que esses 10 cêntimos por dia não dão para alimentar condignamente…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, já ninguém está a ouvir.
Eu pedia mesmo que fôssemos muito rigorosos no uso das figuras regimentais — mesmo todos! —,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A partir de agora abrimos um precedente!

O Sr. **Presidente**: — … senão isto só vai ser aprovado lá para o final de 2027.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cá estaremos!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, vamos ter isso em atenção e facilitar a condução dos trabalhos. É preciso facilitar a condução dos trabalhos, que é muito exigente, como todos os Srs. Deputados sabem.

Relativamente a uma proposta de aditamento de um artigo 19.º-A, tem a palavra a Sr.ª Deputada Filipa Pinto, do Livre.

A Sr.ª **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Portugal não pode continuar refém dos baixos salários, nesta constante armadilha de país que compete com os restantes países de baixo valor acrescentado. Para um desenvolvimento estratégico do País, temos de fazer um investimento robusto e alargado em quem trabalha e produz riqueza. Falamos da riqueza que produzimos hoje e no investimento no futuro do nosso País.

Investir na educação é investir nesse futuro que todos ambicionamos, mas, para que a educação seja valorizada, temos também de valorizar e tornar atrativa a carreira docente. Mas vocês não querem isso, querem mais horas extraordinárias e tutores de inteligência artificial. Nós, porém, propomos novamente o aumento salarial nos primeiros quatro escalões da carreira docente.

No ano passado, já propusemos este aumento, mas a direita, que diz defender tanto a educação, impediu que ele acontecesse. Têm agora novamente uma oportunidade para demonstrar que valorizam os professores e que querem tornar a educação mais atrativa. Não podemos continuar a pedir às professoras e aos professores que carreguem o futuro do País às costas.

Mas quando falamos de futuro e de presente, não falamos apenas da escola pública, falamos também de todas e todos os trabalhadores da Administração Pública, que devem, a partir de 2026, ver reforçados os rendimentos do seu trabalho, sobretudo aqueles que auferem salários mais baixos.

Não apresentamos somente intenções ou números. O que aqui trazemos é a ambição de um Estado que reconhece o valor de quem o faz funcionar e assume que a qualidade dos serviços públicos depende da qualidade das condições de quem os presta.

Em suma, pedimos para os professores um compromisso com a educação, com as famílias e com o futuro, atraindo novos profissionais e valorizando a escola pública. Para todos os trabalhadores da Administração Pública, propomos salários justos, dignidade e condições de trabalho que trarão serviços eficientes.

Isto não é uma despesa, Srs. Deputados, é um investimento no País.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Tem também a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as Deputadas e Srs. Deputados, há quem olhe para o mercado de trabalho como se ainda estivéssemos presos ao passado, e a solução que apresentam para os problemas neste sector é quase sempre a mesma: desequilibrar, dar mais flexibilidade às empresas e retirar proteção a quem trabalha.

No Livre, escolhemos outro caminho,…

Protestos do Deputado do CH João Ribeiro.

… um caminho que olha para o futuro e para as famílias deste País, famílias que precisam de tempo para trabalhar, sim, mas também para descansar, para cuidar, para viver e para dormir.

A semana de quatro dias na Administração Pública não é uma fantasia, é coragem — coragem para enfrentar o mundo do trabalho, que mudou, e para garantir vidas mais equilibradas.

Não falamos de teorias, falamos de resultados. O projeto-piloto, com 41 empresas e mais de 1000 trabalhadores, mostrou algo decisivo: que a semana de quatro dias, por mais radical que pareça, é uma prática de gestão legítima, capaz de resolver problemas reais. As empresas reorganizaram processos, reduziram o absentismo, melhoraram o ambiente de trabalho, e fizeram-no com custos controlados. Não é por acaso que a maioria das pessoas e das empresas não quis voltar atrás.

Protestos do Deputado do CH João Ribeiro.

Mais: o relatório deste projeto-piloto mostra que a semana de quatro dias pode funcionar em todos os sectores, até nos mais difíceis, como nas creches, na restauração ou na indústria, porque quando damos tempo às pessoas elas retribuem com motivação, com eficiência, com colaboração e, sim, com produtividade.

Vozes do L: — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — E foi graças ao Livre que começámos este caminho. Por isso, a pergunta já não é: «Estamos preparados?» Não, a pergunta agora é: «Como é que é possível não avançar?» A Administração Pública tem de dar o exemplo, porque um Estado mais humano é um Estado mais eficiente.

É exatamente isso que o Livre propõe: um Estado que lidera pelo exemplo, que testa, que avalia, que melhora, que coloca as pessoas no centro. Assim, o Livre propõe um teste robusto da semana de quatro dias na Administração Pública e na administração local. Um teste com rigor, com participação, com avaliação séria do bem-estar, da produtividade, da qualidade dos serviços e dos custos reais. E isto não é idealismo. É política séria, baseada em evidência. É a resposta que o País precisa num tempo de cansaço e de vidas vividas ao limite.

A semana de quatro dias é o próximo passo de um país que quer ser competitivo sem perder a humanidade. E é aqui que se vê o contraste: enquanto propostas como o anteprojeto Trabalho XXI olham para trás, esta

proposta do Livre olha para a frente, para o século XXI, para os países mais avançados — da Islândia à Bélgica —, que já provaram que é possível trabalhar melhor sem trabalhar mais horas.

E é isso que propomos neste Orçamento — que abramos caminho, que façamos história, escolhendo o futuro e não o passado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Passamos às propostas de artigo 21.º-A.

Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, este Orçamento não dá resposta aos problemas da escola pública, nem aos estudantes, aos trabalhadores ou aos pais. Passa ao lado do gravíssimo problema da falta de professores na escola, que leva a que milhares de estudantes, ao dia de hoje, não tenham aulas a pelo menos uma disciplina.

A falta de professores resolve-se com a valorização da carreira e da profissão docente, o que exige vontade política para encetar um processo negocial com os sindicatos para esse fim e que considere o seguinte: a valorização das carreiras, dos salários; a eliminação das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões; um regime de avaliação justo que elimine as quotas; a contagem de todo o tempo de serviço para todos e que seja, inclusivamente, refletido nas pensões.

A valorização da carreira deve ser implementada já no próximo ano letivo e este processo não deve ser arrastado. É neste sentido que vai a proposta do PCP.

Propomos igualmente a atribuição de um apoio à fixação de professores em zonas carenciadas, assim como a atribuição de apoio à deslocação a todos os professores que residam a 50 ou mais quilómetros da escola e o alargamento do acesso à profissionalização para a obtenção de habilitação própria para a docência.

No ensino superior e na ciência grassa a precariedade e a carência de trabalhadores. Propomos que seja removida a limitação na contratação de trabalhadores nas instituições de ensino superior e que sejam asseguradas as condições que permitam a progressão na carreira dos docentes, que continuam estagnados na mesma posição há anos.

Apesar da aprovação do Estatuto da Carreira de Investigação Científica, os problemas continuam por resolver, assim como se continua a promover a contratação através de vínculos precários. Por isso, propomos a integração dos mais de 3000 investigadores com vínculos precários, alguns há décadas na carreira de investigação científica. Também propomos a substituição de bolsas por contratos, revogando o Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica, e a resolução do problema, com a sua integração na carreira, dos técnicos superiores doutorados.

O Sr. **Presidente**: — Ainda para uma proposta de aditamento de um novo artigo 21.º-A, tem a palavra a Sr.ª Deputada Aida Carvalho, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Aida Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o Partido Socialista apresenta propostas centrais para reforçar a qualidade da educação e valorizar a escola pública.

Os estágios remunerados dos mestrados em ensino permitem que os futuros professores adquiram experiência prática em sala de aula, com acompanhamento qualificado e condições dignas, garantindo a justa remuneração para quem já contribui para a vida pedagógica das escolas e equidade no acesso à formação.

Esta medida reforça a atratividade da carreira docente. Ganha o futuro professor, ganha a escola e ganha, naturalmente, o aluno.

Ainda no âmbito do Plano Nacional das Artes, o Partido Socialista propõe dotar com verba autónoma o programa Artista em Sala de Aula, como projeto âncora, levando artistas às escolas e promovendo criatividade, pensamento crítico e participação cívica.

Esta iniciativa favorece o papel da escola como polo cultural e contribui para a formação de cidadãos mais informados e capacitados para a vida democrática.

Com estas medidas, o Partido Socialista reafirma a sua ambição: um sistema educativo mais exigente, equitativo e preparado para os desafios do País e uma escola que educa, inclui e inspira, preparando as novas gerações para construir um futuro com liberdade, criatividade e responsabilidade.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, agora, ao artigo 22.º.

Para uma intervenção neste âmbito, tem a palavra a Sr.ª Deputada Cláudia Estevão, do Chega.

A Sr.ª **Cláudia Estevão** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Membros do Governo, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, a saúde oral continua a ser o parente pobre do SNS. Estamos entre os piores países da Europa no que respeita a indicadores de saúde oral e em acesso a cuidados dentários, sobretudo para quem tem menos rendimentos.

O Governo anuncia uma rede nacional de saúde oral com 222 gabinetes financiados pelo PRR, portanto, dinheiro europeu e dinheiro de todos nós. Contudo, a Ordem dos Médicos Dentistas tem afirmado que 83 destes gabinetes estão fechados. Assim, são milhões de equipamentos parados. Esperemos que não sejam colocados a funcionar quando estiverem obsoletos, quando podiam estar a prevenir e a tratar a doença oral no SNS.

E não é por falta de médicos dentistas, pois eles existem. São cerca de 155 profissionais a trabalhar no SNS, encaixados em carreiras gerais que não correspondem de todo ao seu conteúdo funcional, ou, então, com vínculos precários, através de empresas prestadoras de cuidados ou com acesso a recibos verdes.

Portanto, o Estado, que zela pelo cumprimento da lei, não pode ser ele próprio um patrão precário.

Este é um universo pequeno de impacto orçamental muito limitado, mas com um grande retorno no que respeita à prevenção da doença oral. Isto significa poupar milhões em tratamentos complexos no futuro.

Há consenso: a Provedoria de Justiça, o grupo SNS — Saúde Oral 2.0 e esta Assembleia já recomendaram a criação da carreira de médico dentista. Na Madeira, essa carreira já existe, portanto, não percebemos porque é que aqui, no continente, não funciona.

Protestos do Deputado do PSD Paulo Neves.

Um funcionário público disse-me, um dia, que trabalhava para o pior patrão do mundo. Pois bem, se o Estado quer cuidar efetivamente da saúde dos portugueses, tem de deixar de ser o pior patrão do mundo e tornar-se um patrão decente,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Cláudia Estevão** (CH): — … um patrão capaz de atrair, reter e valorizar os profissionais do SNS.

A escolha é simples: ou mantemos os gabinetes fechados ou defendemos à séria o SNS e aprovamos esta proposta.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Entramos agora nas propostas de um artigo 22.º-A.

Para o efeito, a primeira intervenção é da Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ᵃˢ e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agora pretendem encerrar o Serviço de Neonatologia do Hospital Dona Estefânia e é dito que é devido à falta de profissionais.

Trata-se de um serviço de referência que dá uma resposta altamente diferenciada para os bebés com maior fragilidade clínica e isto significa reduzir a capacidade do Serviço Nacional de Saúde, depois do encerramento das urgências de ginecologia e de obstetrícia, e quando se preparam para concentrar serviços de pediatria nas unidades hospitalares, negando o direito à saúde das crianças e dos jovens.

Encerrar é a opção do Governo. Destruir o SNS é a opção do Governo, porque o Governo recusa-se a fazer o que é necessário para salvar o SNS e para garantir os cuidados de saúde a que os utentes têm direito. Recusa

valorizar as carreiras, os salários, as condições de trabalho dos profissionais de saúde, o que permite atrair e fixar profissionais para o SNS.

A prioridade é reforçar a capacidade do SNS e não transferir recursos públicos para os grupos privados, que lucram com a doença. A prioridade é valorizar os profissionais de saúde, como propõe o PCP, com a implementação do regime de dedicação exclusiva, com majoração de 50 % na remuneração base e na progressão na carreira. A prioridade passa pela integração do internato médico na carreira médica, para garantir estabilidade, previsibilidade e valorizar os médicos, garantido que, quando terminam a especialização, já estão na carreira no SNS. A prioridade também passa pela criação do programa de regresso dos profissionais para o SNS, incentivando o seu regresso aos serviços públicos de saúde. Passa, ainda, pelo pagamento de retroativos aos enfermeiros à data do direito à progressão, que foi em 2018, ou pela valorização das carreiras dos técnicos superiores de saúde, dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, dos técnicos auxiliares de saúde.

É este o caminho que é preciso para salvar o SNS.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para apresentar uma proposta de um artigo 22.º-A, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Susana Correia, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ªs e Srs. Deputados, o Partido Socialista apresenta propostas concretas que vão no sentido de alcançar aquilo que este Governo prometeu e não cumpriu:…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É verdade!

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — … atrair e reter os profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde.

Apresentamos propostas que pretendem introduzir maior flexibilidade na organização dos tempos de trabalho, promover modelos de incentivos pelo desempenho que permitam aos profissionais de saúde conciliar a vida profissional, pessoal e familiar. Também apresentamos medidas com o objetivo de promover uma gestão mais eficiente — com a monitorização e acompanhamento das unidades locais de saúde, valorizando o papel das ULS na integração, na proximidade e na melhoria dos cuidados de saúde prestados —, dando os instrumentos necessários para que a eficiência e os resultados exigidos tenham as ferramentas adequadas para a sua concretização.

Infelizmente, o que temos e o que este Governo nos tem apresentado é confuso, é pouco transparente e é um retrocesso.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Ainda no âmbito do artigo 22.º, tem a palavra o Sr. Deputado Alberto Machado, do PSD.

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a propósito desta matéria da saúde, queria dar nota que este Governo já fez 19 acordos com as estruturas representativas dos trabalhadores e, ao longo deste curto espaço de tempo, já conseguiu resolver muitos dos problemas que herdámos do Partido Socialista.

Protestos da Deputada do PS Susana Correia.

Questões que, ano após ano, Orçamento após Orçamento, não foram resolvidas, levaram a uma degradação significativa do SNS e retiraram ao INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) a sua capacidade de investimento,…

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Alberto Machado** (PSD): — … as quais, paulatinamente, este Governo tem dado provas de estar efetivamente a resolver.

É o maior orçamento de sempre na saúde. E, portanto, a nossa bancada, a bancada do PSD, congratula o Governo por este Orçamento, pela estratégia que tem vindo a seguir na recuperação de rendimentos dos trabalhadores e no investimento do SNS, um SNS que é para todos os portugueses e que é absolutamente basilar naquilo que é o nosso Estado de direito.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Ainda no âmbito deste artigo, tem a palavra a Sr.ª Deputada Rosa Isabel Cruz, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Rosa Isabel Cruz** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a saúde mental dos nossos jovens é hoje um dos maiores desafios das nossas escolas.

Ao longo da última década, o Partido Socialista contribuiu de forma decisiva para responder às exigências sociais e emocionais que tantas escolas enfrentam. Reforçámos equipas multidisciplinares, alargámos a intervenção de técnicos especializados através dos planos de desenvolvimento social, pessoal e comunitário, e afirmámos a saúde mental como prioridade clara nas nossas políticas educativas.

São estes investimentos continuados que permitem que as escolas estejam mais preparadas para apoiar quem mais precisa. Mas os dados atuais mostram que, em Portugal, quase 1 em cada 5 jovens enfrenta problemas de saúde mental, uma realidade que exige que o rácio de psicólogos nas escolas — de 1 para cada 500 alunos, estipulado na Lei n.º 54/2025 — seja efetivamente cumprido, garantindo uma resposta firme e imediata.

A proposta de alteração apresentada pelo Livre para a concretização deste rácio de psicólogos nas escolas é essencial para assegurar a sua execução no Orçamento.

Pela coerência do trabalho realizado, pela importância desta matéria, o PS acompanhará esta proposta de alteração.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Avançamos para o artigo 28.º.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Governo está em incumprimento com os profissionais das forças e serviços de segurança.

O Governo assumiu o compromisso de negociação das carreiras, dos salários, da reestruturação dos suplementos com as organizações representativas dos profissionais, para que ainda pudesse ter reflexo neste Orçamento, mas preferiu adiar e arrastar o processo.

É a falta de atratividade que tem conduzido ao envelhecimento e à falta de profissionais. E não é com medidas como o condicionamento no acesso à pré-reforma e à reforma, sacrificando os direitos dos profissionais, que se vai resolver o problema da falta de profissionais, mas sim com a valorização das carreiras e das condições de trabalho.

É por isso que o PCP propõe a eliminação da norma que viola os direitos dos profissionais e limita o acesso à reforma e pré-reforma e propõe a revisão das tabelas remuneratórias, mas também a melhoria das condições de trabalho — seja pela garantia de utilização, pelos profissionais, de equipamento de proteção e uso individual, seja pela promoção da segurança e saúde no trabalho nas forças e serviços de segurança, com a promoção da saúde mental.

O PCP propõe também a atribuição do suplemento aos profissionais da Unidade Especial de Estrangeiros e Fronteiras e a contratação de profissionais nas forças de segurança, assim como de trabalhadores civis para o desempenho de funções administrativas, para reforçar o policiamento de proximidade. É com a resolução dos problemas destes profissionais que se consegue garantir, de facto, o policiamento de proximidade e reforçar os direitos dos profissionais das forças e serviços de segurança.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Eva Cruzeiro, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Eva Cruzeiro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Partido Socialista traz hoje uma proposta que responde a uma exigência antiga e justa das nossas forças de segurança.

Os suplementos de patrulha e de ronda na GNR e de turno e piquete na PSP estão inalterados desde 2009. A nossa proposta prevê um reforço nominal de 50 €, faseado ao longo de dois anos — 2026 e 2027. Mas não ficamos pelo aumento pontual. Criamos um mecanismo que garante justiça futura e atualizações automáticas destes suplementos pela taxa de inflação a partir de 2028, para garantir que não voltam a ficar 15 anos congelados.

Sr.as e Srs. Deputados, esperamos ver esta proposta aprovada porque traz uma valorização concreta e necessária de quem está no terreno, todos os dias, a proteger o nosso País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Lima, do Partido Socialista.

O Sr. **Ricardo Lima** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, no âmbito da proposta de lei de Orçamento do Estado para 2024, o Governo introduziu, no seu artigo 24.º, um regime de vinculação dirigido aos trabalhadores contratados a termo nas autarquias locais.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta agora um aditamento a esse mesmo artigo, através da criação do n.º 6, para garantir que as regras de vinculação sejam também alargadas aos prestadores de serviço.

É importante recordar o caminho que foi percorrido nos últimos anos, em particular em 2017, com o PREVPAP (Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública), que resolveu, em grande parte, a precariedade na Administração Pública e, em particular, nas autarquias locais. Recordemos, então, que esse importante momento é agora necessário, porque após esse processo surgiram as transferências de competências na lei de 2018, tendo-se criado algumas precariedades inerentes a essas transferências com a transição dos próprios prestadores de serviço no âmbito do trabalho realizado pelas autarquias locais.

No entanto, hoje, este artigo é extremamente justo porque reconhece e cria equidade entre aquilo que é já o que está previsto através dos contratos a termo, mas também a criação e a vinculação destes, que são os seus colegas que fazem exatamente o mesmo durante o período e a execução das suas tarefas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Ainda sobre o artigo 28.º-A, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, já aqui tivemos oportunidade de ouvir uma intervenção do Partido Socialista sobre a Administração Pública e sobre a prioridade que lhe damos, que contrasta, aliás, com algumas intervenções que já ouvimos aqui do PSD, em que disseram que conseguiram resolver muitos dos problemas, nomeadamente na Administração Pública, quando o caos em vários serviços públicos é evidente todos os dias. Convém terem um banho de realidade para perceberem aquilo que se passa verdadeiramente no nosso País.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PSD é igual ao PS!

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Para o Partido Socialista é fundamental continuar a valorizar a Administração Pública e é fundamental contrariar aquilo que o Ministro das Finanças diz, de que há trabalhadores a mais.

Assim, propomos que o Orçamento do Estado venha prever exatamente o que estava previsto com o Partido Socialista, para dar estabilidade e para valorizar os trabalhadores, e para que o mapa de pessoal seja feito com as entidades e a cada ano seja garantida a abertura de procedimentos concursais. Deste modo, estes trabalhadores, que são tão fundamentais para a Administração Pública, e de que tanto falam e que tanto desrespeitam, podem efetivamente entrar para os quadros com estabilidade. É essa a proposta que o Partido Socialista apresenta.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada, tem um pedido de esclarecimento. Sr. Deputado Hugo Carneiro, faça favor, tem 2 minutos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, é apenas para perguntar à Sr.ª Deputada Marina Gonçalves se ainda se lembra que, no final do tempo da governação do Partido Socialista, os polícias e os professores estavam todos na rua.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Marina Gonçalves, faça favor.

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — Eu tenho memória, Sr. Deputado, e tenho memória de quem não descongelou as carreiras da Administração Pública e de quem o fez, que foi o Partido Socialista,…

Aplausos do PS.

… e de quem começou a repor os direitos da Administração Pública.

Mas, mais do que isso, Sr. Deputado, tenho duas memórias. Primeira, o trabalho nunca está suficientemente bem feito, e por isso é que nós estamos do lado das soluções, mesmo quando vêm da oposição, ou, neste caso, do Governo. Nós concordamos quando as medidas são importantes. Segunda, quem diz que há trabalhadores a mais e que os trabalhadores não são eficientes não é o Partido Socialista, é o Governo que o senhor tanto apoia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sobre o artigo 31.º, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças.

O Sr. **Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças** (João Silva Lopes): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o setor empresarial do Estado deve, por natureza, incorporar uma visão estratégica quanto ao papel que o próprio Estado deve ter na economia.

A presença em várias áreas essenciais, assim como a sua dimensão enquanto empregador público, leva-nos a ter um especial cuidado na análise do papel que o Estado deve desempenhar nas empresas públicas e participadas.

Sempre no estrito cumprimento do princípio da autonomia de gestão, temos vindo a reforçar a *accountability* do setor público, a responsabilização e a transparência da ação dos conselhos de administração, garantindo a não interferência política na atividade das empresas e a apresentação tempestiva e a monitorização dos planos de atividade e orçamento. Vemos esta ferramenta como nuclear no planeamento, organização, controlo financeiro e definição dos objetivos e metas a atingir. E essa bitola de exigência já deu frutos. De 68 planos de atividade e orçamento aprovados em 2021, lográmos atingir 91 em 2024.

Não tenhamos dúvidas: a presença do Estado na economia deve estar focada nas áreas consideradas estratégicas para o País, por um lado, para salvaguardar as áreas de soberania, segurança nacional e proteção civil e, por outro, para garantir o fornecimento de bens e serviços públicos essenciais às populações.

Além do mais, é indispensável assumirmos um compromisso com o investimento e o crescimento económico sustentável, assegurando a execução de políticas públicas alicerçadas nos pilares social, financeiro e ambiental. Neste plano, entendemos que também as empresas do Estado devem estar incluídas nas obrigações de reporte do relato de sustentabilidade. Vamos também proceder à gradual transferência e concentração, na PARPÚBLICA, das participações das empresas atualmente detidas pela Entidade do Tesouro e Finanças, mantendo, contudo, as empresas com especial interesse estratégico e de natureza financeira na esfera desta entidade.

Encaramos a PARPÚBLICA como uma entidade estratégica na gestão e organização das participações do Estado, assumindo-se como ponto focal no processo de alienação ou liquidação das empresas e participações não estratégicas.

Já iniciámos esse processo, em alguns casos, com situações que se arrastavam há anos e que estamos a conseguir finalmente resolver. Um dos casos paradigmáticos é o processo de liquidação da Silopor, que se arrastava desde 2001 e que este Governo se encontra finalmente a concretizar, garantindo uma solução que assegura a continuidade da atividade através da alienação do capital social da nova sociedade, a Silotagus, a realizar através de concurso público internacional, salvaguardando os contratos de trabalho e todos os direitos dos trabalhadores.

Vamos também iniciar o processo de dissolução e liquidação da Parvalorem, com a conclusão da reestruturação interna e a alienação dos ativos em carteira, colocando fim a um processo que se arrasta há largos anos.

Ainda neste universo, prevemos também, para o próximo ano, a liquidação da Imofundos, que se arrastava desde 2022,…

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças**: — … salvaguardando a integração dos trabalhadores noutras estruturas do Estado.

O Governo determinou ainda o relançamento do processo de alienação do Banco Caixa Geral-Brasil, que se arrastava desde 2017, detido pela Caixa Geral de Depósitos. Esta será a terceira vez que o Estado inicia este processo no âmbito do plano estratégico da Caixa, acordado entre a Comissão Europeia e o Estado.

Outros processos se seguirão, com a firme convicção de que esta é uma missão exigente, que requer firmeza e ponderação, mas que tem de ser cumprida. É com este espírito de missão que estamos comprometidos em realizar este processo que já há muito tempo deveria ter sido concretizado.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, garantir que o setor empresarial do Estado está ajustado às necessidades e à realidade do País é uma missão nacional que tem de ser cumprida, porque é essencial honrarmos dois compromissos deste Governo. Primeiro, transformar o setor empresarial do Estado, contribuindo para o crescimento económico e para a inovação, como fatores indutores de valorização salarial dos portugueses. Segundo, garantir uma gestão mais responsável, mais transparente e mais eficiente dos recursos que pertencem a todos nós.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Secretário de Estado tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Marco Claudino, do PSD. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Marco Claudino** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o Sr. Secretário de Estado falou, há pouco, e creio que foi claro para todos, daquela que é a visão da AD para as empresas locais, para as empresas nacionais, para o setor empresarial do Estado. E essa visão contrasta muito com outras visões do passado, as quais ou ampliavam desequilíbrios orçamentais, que nos levaram à vinda da troica, ou ampliavam a influência política nessas empresas, como aconteceu nos Governos de António Costa. Portanto, saúdo esta visão clara sobre aquilo que o Estado quer para o setor empresarial, com mais transparência, com mais rigor, com mais eficiência e com mais utilidade para o cidadão, que é aquilo que verdadeiramente importa.

E um dos instrumentos importantes para esta visão é, como referiu o Sr. Secretário de Estado, exatamente o Plano de Atividade e Orçamento, que foi criado, aliás, na reforma do setor empresarial do Estado em 2013, também com o Governo da AD.

Pergunto-lhe, Sr. Secretário de Estado, porque já aqui nos disse quais são os dados relativamente à aprovação deste fortíssimo instrumento como plano de investimentos para a autonomia destes conselhos de administração, como é que comparamos com os Governos do Partido Socialista a nível da aprovação de Planos de Atividade e Orçamento. Como é que comparamos em relação ao Estado dotar de autonomia e de ferramentas para que as empresas possam, de facto, desenvolver a sua missão?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Secretário de Estado, faça favor, tem 2 minutos para responder.

O Sr. **Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Marco Claudino, de facto, a diferença de aprovação dos Planos de Atividade e Orçamento é muito, muito significativa.

Nós vemos este instrumento como um instrumento nuclear porque garante o regular funcionamento das empresas do setor empresarial do Estado e porque inclui, desde logo, os planos de investimento, o que garante previsibilidade na ação das ações das empresas do setor empresarial do Estado.

Permitam-me que vos mostre este gráfico, em que se pode facilmente percecionar a diferença de aprovação destes instrumentos. Em 2025, é esta linha; a de 2024 é a verde; a de 2022 é a cor de laranja; e a outra é a cinzenta.

O orador exibiu um gráfico.

Nós, em meados deste ano, já temos aprovados 91 Planos de Atividade e Orçamento, de um universo de 96; em 2023, tínhamos apenas 57; em 2022, 44; e, em 2021, 41. Portanto, mais do que duplicámos este processo e vamos continuar, naturalmente, a prosseguir com a maior eficiência este procedimento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Passamos ao artigo 38.º.

Tem a palavra a Sr.ª Deputada Isaura Morais, do PSD.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Secretários de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS apresentam duas propostas neste Orçamento do Estado para 2026 que visam alterar o montante do subsídio para assistência a filho com deficiência, doença oncológica e doença crónica.

Esta alteração visa salvaguardar os pais abrangidos, pela proteção social na parentalidade, no sistema previdencial e no sistema de solidariedade, e os trabalhadores que exercem funções públicas integrados no regime de proteção social convergente. A importância de tratar todos os trabalhadores por igual numa situação de fragilidade deve ser prioridade para todos aqueles que nesta Casa defendem os direitos dos trabalhadores.

As propostas que hoje trazemos a este debate são claras, financeiramente responsáveis e socialmente justas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Propomo-nos reforçar o subsídio para assistência a filho com deficiência ou doença crónica para 80 % da remuneração de referência dos pais, uma subida de 15 % do subsídio face à lei em vigor, que não é alterada desde 2019; um aumento sem precedentes e de enorme justiça social.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Apresentamos também uma medida que consideramos ser da maior importância para as famílias neste momento de fragilidade, em que propomos a esta Assembleia que altere o subsídio dos pais que acompanham os filhos com doença oncológica. Esta proposta prevê um aumento de 65 % para 100 % da remuneração de referência dos pais, um crescimento de 35 %.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Para além desse aumento, o Parlamento é também chamado pelas nossas propostas a rasgar o limite de subsídio estabelecido em duas vezes o indexante dos apoios sociais, passando para três vezes o respetivo indexante. Esta é uma proposta que melhora as condições de atribuição do subsídio para todos aqueles que não devem ter perda de rendimento numa situação tão difícil como é a doença de um filho.

Estas propostas incluem um reforço orçamental significativo no apoio à parentalidade. Este é um tema que nos tem movido ao longo dos anos e ao qual o Governo também é sensível. Acreditamos que o Parlamento compreenderá a necessidade de reforçar o apoio às famílias em situação de fragilidade com a doença de um filho.

Queremos, assim, dar um sinal claro às famílias de que o Estado está ao seu lado e que não lhes faltará.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sabemos que diversos grupos parlamentares apresentam propostas de alteração aos normativos que aqui pretendemos alterar, mas também sabemos que as propostas que apresentamos são as que compreendem maior justiça social, equilíbrio financeiro das contas públicas e apoio aos pais de famílias que vivem uma situação de profunda dificuldade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Rodrigo Saraiva.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem dois pedidos de esclarecimento. Pergunto se quer responder um a um ou em conjunto.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Em conjunto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos então passar ao primeiro pedido de esclarecimento. É da Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, que tem até 2 minutos.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isaura Morais, felicitamos o PSD e o CDS pela apresentação desta proposta, até porque isto é uma grande evolução face a Orçamentos passados.

O Livre tem sucessivamente apresentado esta proposta de alteração, ou seja, de corrigir uma injustiça que é pedir a pais que abdiquem do seu rendimento para conseguir acompanhar crianças em situação difícil, porque estão com uma doença oncológica, porque têm uma doença crónica ou porque têm uma deficiência.

No nosso entender, este subsídio deve ser de 100 %, a totalidade, para estes três casos. A verdade é que o PSD e o CDS votaram contra a proposta do Livre no ano passado, portanto este, na verdade, é um grande avanço.

Nós votaremos a favor de todas as propostas que representem uma melhoria da situação que temos hoje. Porque é uma situação inaceitável exigir que o rendimento seja só de 65 % ou condicionado a dois IAS (indexante dos apoios sociais).

A verdade é que temos de garantir todas as condições para que as famílias consigam acompanhar as suas crianças nestes momentos mais difíceis, e o acesso a esta licença, a este subsídio, é sempre mediante declaração médica. Portanto, se uma declaração médica diz que aquela criança precisa do acompanhamento

dos seus pais para conseguir fazer face a um período especialmente difícil da sua condição, então esse rendimento deve ser de 100 %, e é nossa obrigação fazer isso.

Hoje, na verdade, temos a oportunidade de fazer justiça por inteiro e não apenas como um passo intermédio. Portanto, desafiamos todos os grupos parlamentares a votar a proposta do Livre, que, na verdade, atribui 100 % a todos estes casos, seja qual for a doença, porque não é a doença que deve condicionar o acesso ao subsídio para assistência a filho; deve ser, na verdade, o tipo de cuidado que aquela criança precisa.

Mas mais: também por declaração médica, que seja possível tanto o pai como a mãe, os dois progenitores, acompanharem a criança, e não limitar apenas a um. Se o médico diz que aquela criança precisa do acompanhamento dos dois progenitores, deve ter o acompanhamento dos dois progenitores, e não deve ser por lei que isso deve ser votado. Portanto, sugerimos e pedimos que todos os Deputados nos acompanhem nesta proposta.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O próximo pedido de esclarecimento é da Sr.ª Deputada Paula Santos, que tem até 2 minutos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, o PCP não acordou agora para este problema. Há muito que temos vindo a colocar a necessidade do reforço do subsídio de assistência a filho com deficiência, com doença crónica, com doença oncológica.

A questão que eu queria colocar é se o PSD acompanha a proposta do PCP. Aquilo que o PCP está a propor é que haja remuneração a 100 % para todas estas situações, porque há igualmente crianças com deficiência e crianças com doença crónica com uma enorme dependência, e que exigem, de facto, este acompanhamento por parte dos seus pais; e também a necessidade de possibilitar que os dois progenitores façam efetivamente este acompanhamento.

Eu queria perguntar-lhe o que é que tem a dizer aos pais e às famílias que têm filhos com deficiência ou com doença crónica e que se veem a braços com dificuldades e com a necessidade de garantir esse apoio aos seus filhos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isaura Morais, que dispõe de até 3 minutos.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço as duas questões da Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes e da Sr.ª Deputada Paula Santos.

Sr.ª Deputada Paula Santos, o que temos a dizer aos pais das crianças com doença oncológica, deficiência e doença crónica é que estamos a aumentar a percentagem desse subsídio em 15 % na doença crónica e deficiência e em 35 % na doença oncológica,…

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Porquê a diferenciação, então?

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — … situação que não acontecia desde 2019 — e não me lembro, também, de ter havido essa sensibilidade nos Governos do Partido Socialista ou nos Governos que VV. Ex.as apoiaram.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Porquê, então, essa diferenciação, essa insensibilidade?

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Permitam-me recordar a ambas as Sr.as Deputadas que a proposta que o Livre apresenta aumenta o Orçamento do Estado em 9300 milhões de euros e a do PCP aumenta-o em 6600 milhões de euros.

Protestos de Deputados do L e da Deputada do PCP Paula Santos.

Sr.as Deputadas, assim é fácil.

Quero dizer-lhes que as propostas que o PSD apresenta são de uma enorme justiça social, que permitem o equilíbrio do Orçamento do Estado e das contas públicas e respondem aos pais com crianças nestas situações.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Não, não respondem!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Continuamos no artigo 38.º e, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Afonso, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o Chega apresenta hoje uma proposta simples, justa e absolutamente necessária, um aumento adicional de 1,5 % das pensões até 1567,50 €, correspondente a três vezes o IAS, acrescido, naturalmente, da atualização já prevista.

Não estamos a falar de um privilégio, estamos a falar de justiça intergeracional. Estamos a falar dos nossos idosos, daqueles que construíram o País, que sustentaram a segurança social com décadas de trabalho, que pagaram impostos toda a vida e que hoje, vergonhosamente, se sentem esquecidos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Segundo os dados oficiais do ICOR (*Inquérito às Condições de Vida e Rendimento*), divulgados pela PORDATA (Base de dados de Portugal Contemporâneo), em 2023, a taxa de risco de pobreza nos idosos subiu para 21,1 %. Um em cada cinco idosos vive sozinho e com um rendimento bruto inferior a 632 €. Um em cada cinco idosos é obrigado a escolher entre medicamentos e alimentação.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Isto não é política social; isto é abandono!

Aplausos do CH.

Num país que se autoproclama desenvolvido, não podemos normalizar que quem ergueu fábricas, cultivou terras, educou filhos e serviu nas Forças Armadas seja hoje condenado à miséria. Muitos defenderam Portugal com a sua força, com o seu trabalho e com o seu próprio corpo, e agora o Estado responde-lhes com esquecimento.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Esqueçam, Sr.as e Srs. Deputados, o discurso politicamente correto. Foram as décadas de governação do PS e do PSD que criaram esta realidade, décadas de promessas vazias, de aumentos ridículos, de discursos piedosos e de decisões covardes. Quando chega a hora de ajudar quem mais precisa, falta sempre dinheiro; mas sobra sempre dinheiro para fundações, para consultorias, para aparelhos partidários e para clientelas políticas.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Nunca aceitaremos que a geração que construiu Portugal seja tratada como um fardo orçamental. Por isso, apelamos a todas as bancadas, incluindo aquelas que nos atacam todos os dias, que votem com consciência e não com cálculo partidário.

Não olhem para o Chega, olhem para os idosos. Este aumento adicional é um gesto mínimo, mas simbólico e necessário. É um passo concreto para corrigir uma injustiça estrutural. Se falharmos hoje, falhamos com quem nos deu tudo.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Leitão, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o enquadramento atual de alguns dos direitos de parentalidade em Portugal prejudica a produtividade, a competitividade e, pior ainda, cria desigualdades que nenhum país moderno deveria aceitar.

Hoje, sempre que um trabalhador exerce o seu direito a uma redução de horário sem perda de remuneração, um direito que é fundamental para mães e pais, o custo recai inteiramente sobre as empresas, afetando sobretudo as micro, pequenas e médias empresas, que são, como bem sabem, a esmagadora maioria do nosso tecido empresarial. Isto reduz produtividade, fragiliza a competitividade e cria incentivos perversos à discriminação indireta, não porque as empresas o queiram, mas porque o sistema está mal desenhado.

Quando o Governo fala em rever os direitos de parentalidade, insiste na via errada: corta, limita, ajusta por baixo; não enfrenta o problema estrutural; não resolve a incerteza que leva tantos jovens casais a abdicar da decisão de ter filhos; não resolve a dificuldade real de conciliar vida profissional e familiar; e não resolve a perceção, tristemente verdadeira, de que quem quer ser mãe ou pai paga no trabalho o preço da sua escolha.

A parentalidade, num país que perde população e talento, não pode ser tratada como um custo a suportar pelas empresas, não pode ser vista como um risco laboral e não pode ser usada como desculpa para lutas entre trabalhadores e empresas, afetando as relações laborais e, em última instância, a produtividade. A resposta não está nunca em cortar direitos nem em transformar a parentalidade num fardo para quem cria emprego.

A resposta tem de ser inteligente, justa e sustentável, e a resposta liberal é clara: que a Segurança Social assuma integralmente o custo das reduções de horário relacionadas com a parentalidade, sempre que estas não impliquem perda de remuneração. Com esta medida, protegemos os direitos das famílias sem retrocessos, eliminamos a penalização das empresas, acabando com qualquer incentivo à discriminação; reforçamos a produtividade, libertando recursos e reduzindo barreiras à contratação, sobretudo de mulheres. É assim que se cria um incentivo positivo, é assim que se garante a igualdade de oportunidades, é assim que se constrói uma sociedade que valoriza a vida familiar sem comprometer a economia.

O Estado não pode continuar a transferir para as empresas um custo que é social por natureza.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — O Estado não pode continuar a exigir às empresas que paguem os direitos que o próprio Estado cria. O Estado tem de assumir a responsabilidade de proteger as famílias, sem destruir a competitividade que sustenta esses mesmos direitos.

Proteger a parentalidade é essencial, mas fazê-lo à custa de quem cria riqueza e emprego é o caminho mais rápido para termos menos famílias, menos empresas e menos futuro.

Antecipo já a crítica de sempre: que esta medida colocaria em risco a sustentabilidade da segurança social. Ora, é precisamente o contrário. Um sistema providencial só é sustentável se houver mais trabalhadores, mais natalidade e mais emprego qualificado.

A Iniciativa Liberal acredita que ser mãe ou pai não deve ser um risco profissional e que o reforço da natalidade é um investimento essencial ao futuro do País e não deve ser um investimento feito à custa das empresas. Acredita que é possível ter mais produtividade e mais família ao mesmo tempo, e apresenta uma solução para isso: direitos garantidos pelo Estado, empresas libertas de encargos injustos e um país que volta a acreditar no futuro.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, este Orçamento, para além de ter uma ambição de crescimento económico, tem uma fortíssima preocupação social. Aumenta todas as pensões e aumenta, uma vez mais, o complemento solidário para idosos, para os pensionistas mais carenciados.

Protestos da Deputada do PS Marina Gonçalves.

Mas mantém as contas públicas equilibradas e não entra em loucuras orçamentais.

Srs. Deputados, a última bancarrota do País foi há apenas 14 anos. Nós não queremos uma nova bancarrota e nós não promoveremos uma nova bancarrota.

O CDS e o PSD apresentam, além da versão inicial do Orçamento, duas medidas para reforçar, ainda mais, as preocupações sociais deste Orçamento. Em primeiro lugar, o pagamento de um novo suplemento extraordinário de pensões, se as condições económicas e financeiras do País assim o permitirem.

O Sr. **Jorge Galveias** (CH): — «Se»!…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, em segundo lugar, uma medida da maior justiça social e de apoio às famílias com filhos com doença oncológica, com outras doenças crónicas e com deficiência.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esta é uma medida absolutamente decisiva para fazermos justiça social a estes pais e a estas famílias, e propomos a elevação do subsídio para assistência a estes filhos de 65 % para 80 % e para 100 % da remuneração de referência dos pais que acompanham os seus filhos doentes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esta é uma medida da maior importância para estas famílias, e desafiamos todos os grupos parlamentares a acompanhar-nos.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado da Segurança Social.

A Sr.ª **Secretária de Estado da Segurança Social** (Susana Filipa Lima): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social assume uma vocação de mudança face ao passado, organizando as suas políticas em cinco eixos estratégicos, alinhados com a Agenda Transformadora deste Governo: emprego, família, pobreza e inclusão, economia social e segurança social.

O orçamento da segurança social para 2026 tem como ponto de partida os dados relativos à execução orçamental prevista para 2025, que estimamos que seja de 45,7 mil milhões de euros, do lado da receita, e 40 mil milhões de euros, do lado da despesa, originando, portanto, um saldo global de 5,6 mil milhões de euros, o que garante, para 2026, tal como aconteceu este ano, um novo reforço do Fundo de Estabilização da Segurança Social.

O Orçamento para 2026 revela a nossa ambição na prossecução das políticas acima indicadas, variando em mais 7,1 % face à previsão de execução, em 2025.

Do lado da receita, prevemos um total de 49,3 mil milhões de euros, mais 8 %, o que é um sinal da robustez da nossa economia, e que se distribui da forma seguinte: 32 mil milhões de euros de contribuições e quotizações, um aumento de 6,9 % para ambos, a que acrescem as transferências da administração central, no valor de 12,7 mil milhões de euros, o valor de IRC consignado ao Fundo de Estabilização, de quase 500 milhões de euros, e 374 milhões provenientes do PRR.

Do lado da despesa, prevemos uma despesa efetiva de quase 43 mil milhões de euros, ou seja, mais 7,1 % do que no ano anterior e onde destacamos, em primeiro lugar, o aumento da despesa de 38,6 mil milhões de euros com as prestações sociais no seu todo, refletindo um incremento de 6,3 %. A despesa com pensões e complementos terá um total de despesa de mais 5,2 %, representando, no seu conjunto, 26,35 mil milhões de euros.

A este respeito, vale a pena referir, novamente, que asseguraremos um aumento permanente de todas as pensões e, em particular, as pensões mais baixas, até dois IAS, terão uma atualização, em 2026, a confirmar mediante os próximos dados do INE (Instituto Nacional de Estatística) de dezembro — à data de hoje, terão um aumento de 2,79 %, 0,5 pontos percentuais acima do valor da inflação, o que garante uma recuperação de poder de compra para 90 % dos pensionistas em relação ao seu rendimento permanente.

No total, a despesa com a atualização das pensões, do lado da segurança social, em 2026, será de cerca de 640 milhões de euros, a que se somam 300 milhões de euros com a atualização das pensões da CGA (Caixa Geral de Aposentações), o que perfaz 940 milhões de euros de aumento permanente para o conjunto dos pensionistas.

Aplausos do PSD.

Se acrescentarmos os quase 120 milhões de euros do complemento solidário para idosos, que vai ter um aumento de 40 € mensais, Sr.as e Srs. Deputados, estamos a falar de cerca de 1060 milhões de euros de aumento permanente da despesa com pensionistas e idosos em 2026.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Refiro, também, os aumentos de outras prestações sociais, dos quais destaco a PSI (prestação social para a inclusão) e o complemento, com um aumento de 10,4 %, o subsídio de doença, o subsídio de desemprego e apoio ao emprego, o subsídio de apoio ao cuidador informal, com mais 23,7 %, e as prestações de parentalidade, com mais 23,6 %.

Do lado da despesa, temos, em segundo lugar, um aumento significativo, também, para o conjunto da ação social, com 4 mil milhões de euros de despesa, o que significa um acréscimo de 12,5 % de aumento face ao ano anterior, e, em terceiro e último lugar, as despesas com ações e formação profissional, cofinanciadas por fundos comunitários, com mais 32,2 %.

Assim, o saldo orçamental de 2026 deverá situar-se em 6,4 mil milhões de euros, na ótica de contabilidade pública, o que permitirá, mais uma vez, em 2027, um novo reforço do Fundo de Estabilização.

Em resumo, este é um orçamento que aumenta de forma permanente o rendimento de idosos e pensionistas, ao mesmo tempo que preserva a sustentabilidade do sistema previdencial, reforça a proteção social e promove a criação de riqueza, mas sem abdicar do equilíbrio das contas públicas.

Fico ao dispor dos Srs. e das Sr.as Deputadas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar à proposta de aditamento de um artigo 38.º-A — Atualização de pensões, com uma intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português. Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, a atualização, a sério, e séria, de todas as pensões em pelo menos 5 % e em pelo menos 75 € para todos os pensionistas, corresponde a um imperativo de justiça social que não podemos adiar.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Querem voltar novamente à bancarrota!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — É inaceitável que o Governo se limite a prometer que, em 2029, nenhum pensionista receberá menos de 870 €, quando, hoje, a pensão média é de 665 €, para não falar da pensão de sobrevivência, que é de 307 €.

O Governo não pode continuar a recusar o aumento das pensões e tem mesmo de aumentar o complemento solidário para idosos em 75 €, como propõe o PCP, sobre o valor de referência, assim como deve ser pago em 14 meses. O combate à pobreza, que atinge já 22 % dos idosos, não avança com medidas paliativas, mas sim com medidas estruturais.

A prestação social para a inclusão é uma medida de justiça fundamental para tantas pessoas com deficiência, que não conseguiram aceder ao emprego e, sobretudo, a um emprego decente. Não basta encher a boca com proclamações sobre os seus direitos. Exigem-se prestações dignas, aumentando, desde já, a sua componente de base em 75 €, entre outras alterações, incluindo o pagamento a 14 meses, respeitando o direito das pessoas com deficiência também aos subsídios de férias e de Natal. E exige-se, igualmente, a reposição do abono de família para todas as crianças, universalizando um direito próprio de cada criança, repondo-se os 4.º, 5.º e 6.º escalões.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do Livre, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Mendes Lopes.

A Sr.ª **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Isaura Morais, Sr. Deputado Paulo Núncio, fico muito contente, de facto, com a proposta que vem do PSD e do CDS, que antes votaram contra o alargamento do subsídio para assistência a filho com doença crónica, com doença oncológica ou com deficiência — na verdade, a proposta tem-se vindo a aproximar da proposta do Livre —, mas falta um bocadinho, falta chegar aos 100 % para estas crianças, seja qual for a doença que tenham, seja qual for a condição em que estão.

Na verdade, o acesso a este subsídio é feito através de uma declaração médica. Ou seja, se um médico diz que aquela criança precisa do cuidado da sua mãe, do cuidado do seu pai, então, a família não deve perder rendimento e deve ter o rendimento por inteiro.

Não vale a pena acenar com o papão de um número, que não sei onde é que o PSD o foi buscar, da totalidade das medidas do Livre, que, na verdade — devem ter feito muito mal as contas —, nem sequer devem ter considerado as receitas que considerámos para este Orçamento do Estado, e devem também ter feito mal as contas das despesas. Mas a verdade é que não vale a pena acenar com o papão; o que vale a pena saber é quanto é que custa o acrescento para a proposta do Livre. Isso é que faz a diferença, porque de certeza que é um valor pequeno para o Estado e é um valor que faz toda a diferença para as famílias.

Portanto, volto a deixar o desafio: que este Parlamento aprove o subsídio para assistência a filho com doença oncológica, doença crónica e com deficiência, quando os médicos assim o definem, para que seja 100 %, e também para que, tanto mãe como pai, ou os dois progenitores, possam tirar esta licença ao mesmo tempo para conseguirem estar com as suas crianças.

Devemos isso às crianças, devemos isso às famílias, e esta é a oportunidade que este Parlamento tem para fazer aprovar esta proposta.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PSD e o CDS apresentam uma proposta que diz o seguinte: «O Governo aumenta pensões se o Governo quiser aumentar as pensões.» É isto.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Se as condições o permitirem. Há dois anos que assim acontece!

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — É só isto que diz a proposta que foi apresentada pelo PSD e pelo CDS. Se o Governo não quiser aumentar pensões, não aumenta pensões.

Portanto, Srs. Deputados, este é o Orçamento em que o Governo escolhe baixar os impostos sobre a banca — não uma, mas duas vezes —, mas deixar na incerteza os pensionistas sobre se vai ou não vai haver aumentos extraordinários, e, a haver, são aumentos extraordinários que não contam para o cálculo da pensão, mas que são, isso mesmo: desgarrados, uma oferta, um presente, mas que não fazem parte da pensão para o cálculo futuro.

Nós apresentamos uma proposta para que o aumento das pensões, legal, segundo a fórmula, como deve ser, tenha um limite mínimo, ou seja, que todas as pensões sejam aumentadas pelo menos 50 €. É uma proposta de justiça básica, para que as pensões mais baixas possam convergir com as pensões médias e para combater a pobreza entre os pensionistas e entre os mais idosos.

Agora é escolher: descer duas vezes os impostos à banca ou aumentar as pensões.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.ª Deputada Carla Barros.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, é com agrado que vos transmitimos e esclarecemos, todos os Srs. Deputados, que o Governo e o Grupo Parlamentar do PSD garantem o aumento das pensões neste Orçamento do Estado, para 2026. E garantimos este aumento das pensões a cerca de 90 % dos pensionistas portugueses que, a partir de 1 de janeiro de 2026, verão a sua pensão subir cerca de 2,79 %, ou seja, acima do valor da inflação, todas as pensões até dois indexantes dos apoios sociais.

Garantimos também, Sr.as e Srs. Deputados, a previsão de, consoante a execução orçamental, podermos atribuir o suplemento extraordinário de pensões. Convém lembrar que, relativamente ao suplemento extraordinário que atribuímos este mês de setembro, fazendo bem as contas e distribuindo pelos 12 meses, a nossa proposta foi bem superior àquela proposta que o Partido Socialista previa e defendia há um ano.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Importa também referir, Sr.as e Srs. Deputados, e Sr. Deputado Rui Afonso, do Chega, o complemento solidário para idosos sobe pela terceira vez consecutiva, para um valor de 670 €.

Este complemento permite — e digo isto porque o Sr. Deputado falou nos medicamentos — que os pensionistas que dele usufruam possam ter os medicamentos gratuitos.

Vozes do PSD: — É verdade!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Estamos ou não estamos esclarecidos? Estamos.

Aplausos do PSD.

Vamos prosseguir.

Continuamos a garantir que as pensões atribuídas este ano possam ser atualizadas imediatamente no ano seguinte. Foi uma novidade introduzida pelo Governo há um ano e meio, algo que o Partido Socialista nunca foi capaz de fazer.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Que mentira!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Com o Partido Socialista, os pensionistas só viam a sua pensão atualizada após 2 anos do deferimento.

Vamos continuar, Sr.as e Srs. Deputados.

As propostas que VV. Ex.as apresentam para aumento de pensões não têm o nosso acolhimento porque não têm sustentabilidade financeira.

Refiro-me muito rapidamente à proposta do Partido Socialista, que é extremamente contraditória. Estejam atentos, Srs. Deputados do Chega! Digo que é extremamente contraditória porque o Partido Socialista vem defender que o suplemento extraordinário de pensões previsto por este Governo deve ser incorporado na pensão, deve ser fixo e permanente. Mas foi este mesmo Partido Socialista que usou este mecanismo quando era Governo,…

Vozes do PSD: — Muito bem lembrado!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — … e não foi capaz de introduzir esta fixação e esta permanência nas pensões dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mais, Srs. Deputados, e Sr. Deputado do Chega, é este Partido Socialista que, para explicar um aumento das pensões, diz que tem de aumentar a carga fiscal aos portugueses. É este Partido Socialista que diz que só é possível aumentar as pensões se subirmos 1 % do IRC (imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas) às empresas.

Não foi esse o caminho pelo qual o Partido Social Democrata optou. Portanto, é por este caminho que queremos continuar a seguir: baixa da carga fiscal e aumento da proteção social.

Não há dúvidas, Srs. Deputados, neste Parlamento, na discussão do Orçamento, há os cavaleiros bons,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É como nas touradas!

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — … há os cavaleiros do bem, e depois há os cavaleiros das asneiras, que é o Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — Muito mal!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, os rendimentos dos pensionistas, atuais e futuros, devem ser assegurados com dignidade, com previsibilidade, com justiça e com transparência. Transparência essa que não existe quando o Governo diz que vai aumentar o poder de compra para todos os pensionistas. Não é verdade. Quem recebe menos de 1 IAS vai ter perda de poder de compra, se contarmos com o bónus que foi atribuído.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

Aplausos do PS.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É por isso que o PS propõe que, caso haja margem no próximo ano, haja aumentos de rendimentos dos idosos com aumentos extraordinários de pensões. Se houver aumento, que seja um aumento digno, previsível, um aumento das pensões sempre preservando a margem estrutural do sistema e, se preciso for, compensando com 1 ponto da descida do IRC.

Assim, quando for preciso escolher, ver-se-á quem nesta Câmara escolhe descer mais impostos para as grandes empresas ou aumentar os impostos dos pensionistas…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

Aplausos do PS.

Protestos do CH.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — O PS sabe de que lado está. Veremos de que lado estão aqui os partidos.

Estamos também preocupados com a agenda do Governo para o sistema de pensões e, já neste Orçamento do Estado, com o recuo na diversificação de fontes para a Segurança Social. É por isso que propomos, no IRC, um aumento da consignação de 2 para 2,1 pontos percentuais da receita de IRC consignada à Segurança Social. Propomos também que se reponha o que o Governo quer deixar cair, que é a receita de IRS para a Segurança Social, do escalão mais alto de IRS, os valores provenientes da venda de ações e valores mobiliários.

É injusto e incompreensível este recuo do Governo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Também do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Catarina Louro.

A Sr.ª **Catarina Louro** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, tenho de começar pela proposta que o Sr. Deputado Hugo Carneiro tentou ridicularizar e que diz respeito à transmissão dos jogos da Liga na RTP Internacional e na RTP África. Digo-lhe, Sr. Deputado, quem não achou graça nenhuma à sua intervenção não foi o Partido Socialista, foram mesmo as comunidades portuguesas.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

Aplausos do PS.

A Sr.ª **Catarina Louro** (PS): — Isto porque tentar ridicularizar esta medida é ridicularizar os milhões de portugueses que vivem no estrangeiro e é não perceber que acompanhar o futebol português para a nossa diáspora é uma forma de manter a ligação à sua identidade, às suas raízes e ao País.

Aplausos do PS.

Por isso, defendemos que o Governo possa garantir os meios para que a RTP Internacional e a RTP África possam continuar a transmitir os jogos da Liga. Infelizmente, já percebemos que o PSD não nos acompanha.

Mas há mais propostas na área das comunidades portuguesas relativamente às quais gostaríamos de ver a concordância do Partido Social Democrata.

Como primeira proposta, temos a criação de um programa de apoio aos artistas portugueses e luso-descendentes no estrangeiro, para dar visibilidade à cultura e ao talento das nossas comunidades, que estão por todo o mundo e que levam a nossa bandeira além.

Avançámos também com a proposta para a regularização contributiva dos trabalhadores dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Inclusivamente, já tivemos a oportunidade de falar com o Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e sabemos que estas pessoas são a primeira palavra, são o primeiro rosto do Estado no estrangeiro e achamos que chegou a altura de responder a esta injustiça.

O PS está onde sempre esteve: ao lado das comunidades portuguesas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Neves, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento-o, bem como os Srs. Membros do Governo e as Sr.as e Srs. Deputados.

Sobre esta questão dos trabalhadores dos serviços externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a partir do momento em que o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros foi informado desta situação, aquilo que decidiu imediatamente foi: «vamos resolver a questão».

Do mesmo modo, nós, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, quando recebemos os sindicalistas na Assembleia da República, perante a situação, também prometemos: «nós vamos resolver esta situação». Como a Sr.ª Deputada sabe, foi exatamente isso que fizemos. Tanto o Governo como o Grupo Parlamentar do Partido Socialista começámos a trabalhar imediatamente numa solução para esta questão. O objetivo foi exatamente o de resolver uma questão, que era injusta e que já vinha de trás. Aquilo que fizemos, e a senhora Deputada sabe perfeitamente, foi, juntamente com o Partido Socialista, chegarmos a uma boa solução. O que interessa é exatamente isso. Isto vai ao encontro do princípio que o Partido Social Democrata tem sempre com os sindicatos: dialogar, resolver os problemas e dar dignidade àqueles que trabalham. Isto faz parte do cromossoma do PSD, e é exatamente isso que vamos continuar a fazer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — Por isso, juntamente com o Governo, juntamente com o Grupo Parlamentar do PSD, com os sindicatos e com o Parlamento, resolvemos uma questão que vem de trás, mas que finalmente fica resolvida.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passamos para o artigo 39.º.

A primeira intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Helga Correia.

A Sr.ª **Helga Correia** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, a proposta de aditamento visa proceder à avaliação da sustentabilidade do serviço de apoio à vida independente, fundamental para a autodeterminação das pessoas com deficiência e das pessoas com incapacidade, equacionando a possibilidade de o alargar a todo o território nacional, diversificando as fontes de financiamento para garantir a continuidade da resposta, ponderando a aplicação da condição de recurso para tornar a atribuição deste apoio mais justa e equilibrada.

O Governo Socialista criou o projeto-piloto Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) com recurso a fundos comunitários. Entretanto, transformou-o numa política pública, numa resposta social, em 2023, mas com recurso na mesma ao Quadro Comunitário Europeu 2021-2027, que se prevê seja concluído em 2029, deixando os cidadãos beneficiários sem resposta para o futuro.

O Provedor de Justiça alertou, no relatório de 2024, para a falta de vagas nos centros de apoio à vida independente, o que reforça a importância da proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção cabe ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Sousa.

O Sr. **Pedro Sousa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Partido Socialista orgulha-se de ter lançado e consolidado o Modelo de Apoio à Vida Independente, uma medida que devolveu e devolve todos os dias dignidade, autonomia e justiça social às pessoas com deficiência, contrariando décadas de invisibilidade e exclusão.

Contudo, não podemos acompanhar a proposta do PSD. A proposta do PSD pretende aplicar a esta dimensão uma condição de recurso que para nós é inaceitável. Inserir uma condição de recurso no acesso a este apoio procura dar continuidade, mas não dar a total dimensão de resposta de política pública, que achamos

que lhe é fundamento. A ideia na resposta do Partido Socialista foi sempre a de respeitar o espírito universalista de acesso a este instrumento.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Sousa** (PS): — Condicionar o acesso ao serviço de apoio à vida independente a um critério de racionalidade económica é, na prática, excluir quem já vive em situação de vulnerabilidade. A verdadeira condição de que aqui se fala, a verdadeira, a central, a fundamental, é a da deficiência, não é a da carteira, não é a do Orçamento.

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Sousa** (PS): — O PS defende, e quer aqui deixar claro, uma política de inclusão plena, uma política de inclusão universalista. Não aceitamos nem aceitaremos, hoje e nunca, que os direitos fundamentais sejam um privilégio apenas de alguns.

O Estado deve garantir respostas para todos, de forma digna, de forma justa e sem obstáculos, sobretudo para aqueles que na sua vida, pela sua condição, já enfrentam tantos e tão difíceis desafios.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao artigo 46.º.

A primeira intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Faro.

A Sr.ª **Patrícia Faro** (PS): — Sr. Presidente, cumprimento-o, bem como as Sr.as e Srs. Deputados e as Sr.as e Srs. Membros do Governo.

Este Orçamento, concretamente no que se refere à defesa nacional, é um dos mais robustos das últimas décadas. Embora contemple medidas direcionadas aos antigos combatentes — que, no caso, se cingem à comparticipação dos medicamentos —, não existem medidas destinadas à melhoria das suas pensões e / ou suplementos e complementos que por eles há muito são reivindicados e que foram por nós, Partido Socialista, aumentados aquando da revisão do Estatuto do Antigo Combatente.

Porque o Partido Socialista não esquece e sempre reconheceu o seu contributo, apresentamos hoje uma proposta que vai mais longe, uma proposta que contempla a atualização do suplemento especial de pensão dos antigos combatentes nos três escalões, uma proposta de atualização do complemento especial de pensão para 10,5 %, para proteger e valorizar aqueles que se encontram numa situação de maior vulnerabilidade, sendo que, no sentido de diluir o esforço orçamental desta medida, a mesma será concretizada em dois momentos: 50 % em 2026 e 50 % em 2027.

Portanto, Sr.as e Srs. Deputados, esperamos que esta proposta seja aprovada por ser uma medida de inteira justiça e de reconhecimento deste grupo de cidadãos.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Chega. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Patrícia Carvalho.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, ficámos ontem a saber que 10 000 imigrantes ilegais foram inscritos no Serviço Nacional de Saúde. Isto acontece porque permitimos uma entrada descontrolada em Portugal. Ora, quando um terreno está descontrolado torna-se fértil para o crime.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Esta é apenas mais uma das razões pelas quais o Chega apresenta uma proposta que visa limitar o acesso de imigrantes a apoios sociais.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Para passarem a receber apoios, os imigrantes devem primeiro ter residência legal em Portugal há 5 anos e ter descontado pelo menos 4 desses 5 anos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Porquê? Por duas razões muito simples: primeiro, porque descontar meia dúzia de meses ou um ano não pode dar os mesmos direitos de quem descontou uma vida inteira e ajudou a construir este País, como os nossos pais e os nossos avós.

Vozes do Chega: — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Depois, porque o dinheiro do Estado não é infinito e deve ser canalizado, em primeiro lugar, por exemplo, para pais que têm filhos com necessidades especiais, para idosos que têm pensões miseráveis, para cuidadores informais que têm uma das mais nobres funções da sociedade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Por estas razões, aprovar esta proposta não é só uma questão de justiça social, é também um sinal que damos a quem quiser vir para Portugal, porque assim vão ficar a saber que, em primeiro lugar, têm de entrar em Portugal de forma legal, têm de trabalhar, têm de respeitar Portugal e a cultura portuguesa e só então podem beneficiar do Estado social português.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — Assim, fica a questão ao Governo: vai o Governo aprovar a proposta ou vai continuar a enterrar a cabeça na areia do politicamente correto? Para o Governo não sei, mas para o Chega os portugueses estão sempre primeiro.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A próxima intervenção é do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tem a palavra a Sr.ª Deputada Margarida Afonso.

A Sr.ª **Margarida Afonso** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, o complemento solidário para idosos, criado num Governo socialista em 2006 — apesar das críticas do PSD, na altura —, é hoje uma das mais fortes redes de proteção contra a pobreza, sendo que temos cerca de 230 000 beneficiários. Ainda assim, sabemos que milhares de idosos continuam sem acesso a esta prestação, não por falta de direito, mas por falta de informação.

O Governo da AD anuncia aumentos do valor de referência do CSI (complemento solidário para idosos), mas não garante que esses apoios cheguem a quem deles verdadeiramente precisa. É por isso que o Partido Socialista apresenta esta proposta: uma campanha de informação sobre as condições de acesso ao CSI, com contacto direto e presencial sempre que seja necessário, para assegurar verdadeiramente que ninguém fica para trás.

Sr.as e Srs. Deputados, foi com o Partido Socialista que esta prestação foi criada e será agora, com a aprovação desta proposta do Partido Socialista, que conseguiremos chegar a todos aqueles que dela precisam.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Também do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Tiago Barbosa Ribeiro.

O Sr. **Tiago Barbosa Ribeiro** (PS): — Sr. Presidente, o PS traz duas propostas de aditamento ao Orçamento do Estado para reforçar a proteção das famílias em contextos particularmente vulneráveis, contextos em que nenhum de nós desejaria viver e que, precisamente por isso, justificam plenamente a missão do Estado social.

A primeira proposta incide sobre a assistência a filho com deficiência, doença oncológica ou doença crónica, aumentando a remuneração de referência através da percentagem de substituição, que passa de 65 % para 85 %, elevando o teto máximo de 2 % para 3 % ao indexante dos apoios sociais.

Além disso, nesta proposta é clarificado o caso concreto da licença em situação de doença prolongada em estado terminal, já prevista no Código do Trabalho, passando a estar também expressa nos diplomas que regulamentam a proteção na parentalidade.

A segunda proposta atualiza o subsídio de funeral, duplicando o valor atualmente fixado, que passa de 50 % do IAS para 1 IAS, aproximadamente 524 €, reforçando assim a proteção em situações de perda familiar. No caso de menores ou de maiores acompanhados, o PS propõe que este subsídio seja equiparado ao regime contributivo de reembolso de despesas de funeral, fixado em 3 IAS.

São duas medidas equilibradas e socialmente justas, que asseguram respostas adequadas para os momentos mais difíceis da vida das famílias, pelo que esperamos que possam merecer o consenso desta Câmara para a sua aprovação.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao artigo 59.º.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Carlos, do Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. **Ricardo Carlos** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Ministro, Srs. Secretários de Estado, nos últimos dois anos, os Governos da AD têm feito aquilo que parecia impossível: transformar a dívida pública num balão que continua a perder ar.

Em 2023, estávamos nos 96,9 % do PIB. Em 2026, estaremos nos 87,8 % — pela primeira vez em 16 anos, abaixo dos 90 % do PIB —, ficando abaixo da média da zona euro pela primeira vez em 20 anos. É como trocar um casaco pesado por uma camisa leve. Portugal efetivamente respira melhor e não foi à custa de apertar o cinto dos portugueses. Pelo contrário, baixámos impostos, simplificámos regras e ainda assim conseguimos e conseguiremos excedentes orçamentais: 0,9 % em 2024, 1,1 % em 2025 e 0,7 % em 2026.

Enquanto outros fazem dieta à base de cortes, nós conseguimos emagrecer, reforçando salários, serviços públicos e prestações sociais. É como correr uma maratona depois de oferecer sapatilhas novas a toda a equipa.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos passar ao artigo 60.º.

A primeira intervenção será do Governo, pelo que dou a palavra à Sr.ª Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais** (Cláudia Reis Duarte): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, a proposta de Orçamento do Estado para 2026 olha para o futuro com ambição e com responsabilidade, dando continuidade ao caminho iniciado com o Orçamento anterior e aprofundando o compromisso deste Governo com três ideias centrais: responsabilidade orçamental, investimento público e modernização da gestão financeira do Estado.

No ano passado, disse aqui que o Governo entende o Orçamento do Estado como um instrumento de planeamento e gestão das finanças públicas, pelo que deve limitar-se a essa sua condição e vocação. Não deve, pois, ser a sede de reformas setoriais, nomeadamente em matéria fiscal, e não deve, por isso, incluir os chamados cavaleiros orçamentais. Mantemos este ano essa linha.

Se o Orçamento do Estado para 2025 marcou o início de uma nova abordagem, esta proposta de Orçamento do Estado para 2026 vem consolidar esse caminho.

Quero sublinhar, desde já — ainda que já tenha sido referido, não é demais reiterá-lo —, um ponto essencial: não há nesta proposta do Orçamento do Estado qualquer aumento de impostos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Pelo contrário, prosseguimos a trajetória de redução da carga fiscal com que nos comprometemos com os portugueses.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Este Orçamento concretiza a quarta redução do IRS desde que a AD foi escolhida para governar o País. Isto não é um detalhe técnico, é uma escolha política clara a favor das famílias, dos trabalhadores e dos pensionistas.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E o ISP?

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — O Orçamento do Estado para 2026 reforça esse compromisso com a justiça fiscal e com a proteção dos rendimentos, através de um conjunto de medidas concretas, sendo uma delas a redução da taxa de IRS entre o 2.º e o 5.º escalões em 0,3 pontos percentuais.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Esta é, como já referi, a quarta redução deste imposto desde que a AD está em funções, sendo uma redução particularmente relevante para a classe média, que tem suportado grande parte do esforço fiscal em Portugal.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Por outro lado, saliento a atualização do limite dos escalões de IRS de acordo com a fórmula que esta Assembleia da República aprovou em julho de 2024, fórmula essa que combina o crescimento do PIB e a produtividade como medidas de evolução anual da inflação.

Recordo que, durante muitos anos, esta falta de atualização dos escalões representou, na prática, uma perda do poder de compra dos portugueses e um aumento encapotado de impostos que a fórmula introduzida no ano passado evita e não repete.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Por outro lado, revê-se o valor de referência do mínimo de existência, garantindo que aqueles que em 2026 vão auferir o rendimento mínimo nacional garantido, tal como aumentado para o próximo ano, continuarão a não ser objeto de qualquer imposição em sede de IRS.

Por último, atualiza-se a dedução específica em sede IRS. Esta atualização — que estava congelada há 12 anos…

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Com o voto contra da AD! Diga a verdade!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — … e que há 12 anos não sofria qualquer atualização — é hoje anualmente atualizada, por imposição legal e, portanto, reduz também ela o IRS.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Com o voto contra da AD!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — As alterações ao IRS previstas no Orçamento do Estado para 2026 protegem o rendimento, prosseguem uma trajetória consistente de devolução do poder de compra às famílias portuguesas e aliviam a pressão fiscal que sobre elas incide.

Novamente, isto não são apenas números em tabelas, mas, sim, mais rendimento disponível para as famílias no final do mês.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso mesmo!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Ao mesmo tempo, garantimos que esta redução da carga fiscal é compatível com a responsabilidade orçamental.

Estou certa de que a discussão e a apreciação que se farão nesta Assembleia, num espírito de diálogo construtivo tendo em vista sempre o fim último das políticas públicas, visarão a melhoria da qualidade de vida de todos os portugueses.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — A Sr.ª Secretária de Estado tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra, até 2 minutos, o Sr. Deputado Almiro Moreira.

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Sr. Presidente, cumprimento o Sr. Ministro e a Sr.ª Secretária de Estado e começo por dizer, como já tenho feito em outras ocasiões, que este é um bom Orçamento e um Orçamento que não aumenta um único imposto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Almiro Moreira** (PSD): — Mas a oposição aproveitou este Orçamento para apresentar, à pressa, diria, um conjunto de propostas sobre o IUC que revelam, infelizmente, um profundo desconhecimento da matéria: são revogações avulsas, são alterações de prazos, são cancelamentos temporários, são mudanças em montantes de isenção e até temos mecanismos de crédito fiscal. É um catálogo de iniciativas para todos os gostos e que, em muitos casos, mais confundem do que esclarecem os portugueses.

O PSD não quer contribuir para essa desinformação nem alimentar o ruído político numa matéria que exige seriedade e responsabilidade.

Por isso, Sr.ª Secretária de Estado, peço-lhe que esclareça os Srs. Deputados e os portugueses quanto ao seguinte: de que forma é que o Governo garante que as alterações previstas no IUC terão uma transição clara, ordenada, sem duplicações e, sobretudo, sem qualquer impacto adicional para os contribuintes?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Dirijo um pedido de desculpa à Sr.ª Secretária de Estado e também à Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, dado que a Mesa, por lapso, não notou que afinal há dois pedidos de esclarecimento à Sr.ª Secretária de Estado.

Portanto, para um pedido de esclarecimento, dispondo de 2 minutos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Mortágua.

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ª Secretária de Estado, alterações fiscais não são cavaleiros orçamentais. O Orçamento sempre alterou e deve alterar leis fiscais, isso faz parte do processo orçamental.

O Governo não inclui alterações fiscais na proposta de lei do Orçamento, porque quer que o PS viabilize o Orçamento mesmo com a descida do IRC.

Não vamos fazer doutrina de uma tática política para permitir a aprovação do Orçamento relativamente a alterações fiscais.

O que se passa é o seguinte: o CH aprova a descida do IRC, que está incluída no Orçamento, mas vota contra o Orçamento; o PS viabiliza o Orçamento que inclui a descida do IRC, mas vota contra a descida do IRC. Resultado: o IRC vai mesmo descer para a banca, o que quer dizer que a banca vai ter duas descidas de impostos incluídas neste Orçamento, e propostas tão simples como a de permitir a dedução dos juros dos créditos à habitação de contratos posteriores a 2011 não têm cabimentação orçamental.

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

Pergunto-lhe, Sr.ª Secretária de Estado: o que é mais importante, descer duas vezes os impostos à banca ou permitir que as pessoas possam deduzir os juros dos créditos à habitação?

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, dispondo de 3 minutos, tem a palavra a Sr.ª Secretária de Estado.

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Almiro Moreira, começando pelo IUC, tem havido algum ruído mediático à volta do IUC e também algumas falsidades à volta das medidas do IUC.

As alterações ao IUC, que foram anunciadas há algum tempo, têm um objetivo,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É as pessoas pagarem mais!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — … que é muito confessado e que o Sr. Ministro de Estado e das Finanças já anunciou várias vezes: facilitar o cumprimento voluntário.

Nos últimos anos, houve mais de 5 milhões e meio de coimas aplicadas por atraso ou por esquecimento do pagamento do IUC, com a instauração de milhares de processos executivos e de penhoras de salários a pessoas singulares, porque o prazo de pagamento do IUC variava em função da data da matrícula.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Acabamos com o IUC!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Portanto, a intenção é muito clara: é apenas a de simplificação e facilitação do cumprimento voluntário.

Naturalmente que fixar uma data única, desde logo, não significa um pagamento único. Por conseguinte, isto está acautelado. Também já foi dito que, para quem tenha valores de IUC a pagar, nomeadamente porque tem mais do que um automóvel, e para quem tenha valores de IUC a pagar acima de determinado valor, será possível fazê-lo em mais do que uma prestação e, portanto, em vários momentos. Além disso, no primeiro ano de aplicação das novas regras, haverá o cuidado de criar normas transitórias para impedir que alguém que pagou IUC em meses recentes volte a ter de pagar dois ou três meses depois. Portanto, não há aqui nada escondido.

Por último, só para clarificar, esta alteração de regras não significa, nem implicará aumento do IUC e muito menos aumento do IUC para carros matriculados antes ou…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para as pessoas pagarem mais!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Não, é apenas uma alteração procedimental quanto ao momento e à data, no sentido da simplificação e facilitação do cumprimento voluntário.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Se acabarmos com o IUC, já não há esse problema!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não! Significa que pagaram em dezembro e em fevereiro vão pagar outra vez! Vão pagar duas vezes!

A Sr.ª **Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais**: — Sr.ª Deputada Mariana Mortágua, tenho alguma dificuldade em responder-lhe, não sei se percebi exatamente a pergunta. Enfim, políticas públicas, cavaleiros

orçamentais, vamos começar por aí. Sim, cavaleiros orçamentais são normas que não são orçamentais, nomeadamente de política fiscal; e a não-inclusão no Orçamento do Estado tem uma única intenção, que é democrática. Não é tática, não é estratégica, é democrática — as matérias fiscais são decididas e discutidas democraticamente, nesta Casa.

Nada impede que todas as medidas, sejam elas quais forem, sejam aqui debatidas, e aprovadas ou não conforme seja a intenção da Assembleia da República — é só isso! Não estarem no Orçamento, não significa que elas não possam ser discutidas, é só porque não são matérias orçamentais.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos entrar nas intervenções sobre o artigo 60.º. A primeira será do Grupo Parlamentar do PSD, tendo a palavra o Sr. Deputado Alberto Fonseca.

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, 3,5 mil milhões de euros; 3,5 mil milhões de euros é o valor acumulado das várias reduções de impostos que o Governo da AD tem feito, neste ano e meio de governação. São valores que, em vez de estarem a ir para os cofres do Estado, estão a ir, ou irão,…

A Sr.ª **Mariana Mortágua** (BE): — O Irão?!

O Sr. **Alberto Fonseca** (PSD): — … em 2026, para os bolsos dos portugueses. E desta redução, mais de dois terços respeitam a uma redução de IRS. E este ano, no Orçamento do Estado para 2026, pela quarta vez, o Governo está a reduzir o IRS aos portugueses e por quatro vias. Primeiro, pela redução de 0,3 pontos percentuais do 2.º até ao 5.º escalão, beneficiando mais de 2 600 000 famílias com um impacto de 300 milhões de euros; quer também pela atualização dos escalões a 3,5 %, muito acima da taxa de inflação, assegurando um aumento real dos rendimentos aos portugueses, com um custo estimado de 111 milhões de euros; também pela atualização do mínimo de existência, assegurando que aqueles que ganham o salário mínimo nacional, que vai aumentar para 920 €, também tenham essa isenção de imposto com um impacto de 85 milhões de euros; e também pela atualização das deduções específicas.

São, no total, cerca de 500 milhões de euros que, em 2026, o Governo volta a reduzir no IRS aos portugueses, que soma aos cerca de 2 mil milhões de euros que já fez até agora.

O Governo está, portanto, atento aos trabalhadores e aos rendimentos sobre o trabalho e não é, por isso, de estranhar que, entre os 38 países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) tenhamos a maior redução da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho.

E isto é feito com responsabilidade, sem colocar em causa as contas públicas do País e, por isso, saúdo o Governo, por mais esta redução de impostos aos portugueses, pensando sobretudo naqueles que trabalham.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra a Sr.ª Deputada Eurídice Pereira.

A Sr.ª **Eurídice Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, atualmente, as compensações e subsídios até ao valor de três IAS (indexantes dos apoios sociais) por ano, 1567 €, atribuídas aos bombeiros voluntários pelas Associações Humanitárias de Bombeiros, estão sujeitas a uma taxa de IRS de 10 %. A proposta que apresentamos isenta esses rendimentos de serem sujeitos a IRS, aplicando-se, portanto, taxa zero até seis IAS,…

Aplausos do PS.

… o dobro do teto atual, no montante de 3135 €.

Esta medida insere-se no trabalho que temos vindo a desenvolver, que visa valorizar bombeiros e proteção civil em geral, e é um incentivo ao voluntariado e um sinal concreto de reconhecimento e justiça aos bombeiros portugueses.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, não gostaria de falar da proposta do Partido Socialista por uma razão: é a quarta proposta do Partido Socialista sobre esta matéria, igual à que o PSD apresentou também aqui,…

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Tenha vergonha na cara!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — … sobre a redução do IRS sobre os rendimentos dos bombeiros.

O PS bem tentou e conseguiu, à última, porque, na última oportunidade, plagiou completamente a proposta do PSD.

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Basta ver a forma como evoluiu a proposta do Partido Socialista,…

Voz do PSD: — É verdade!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — … ao ponto de, na sua última versão, conseguir introduzir o mesmo número, de forma que a proposta fosse votada antes da do PSD, porque é simplesmente igual.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — O PS conseguiu evoluir e damos os parabéns, porque, afinal, conseguem evoluir, só que só o conseguem fazer com perda de seriedade, com falta de ética e com a incapacidade de resolver os problemas de facto. Mais uma vez, vão atrás dos outros para conseguir resolver os problemas que não conseguiram resolver.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso é verdade! O PS vai sempre atrás!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Nós desde a primeira hora estivemos nesta luta, neste combate. Damos os parabéns ao Partido Socialista por se ter juntado a isto, e estamos mesmo disponíveis para votar a proposta do PS porque, afinal de contas, a nossa proposta era tão boa que eles a utilizaram.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Até 2 minutos, tem palavra o Sr. Deputado Miguel Costa Matos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado António Rodrigues, agradecemos muito os seus parabéns, mas temos uma pergunta para lhe fazer: será que o Sr. Deputado saberá reconhecer que o Partido Socialista não só anunciou publicamente a sua proposta antes,…

Protestos de Deputados do PSD.

… como tinha a proposta entregue antes do Partido Social Democrata?

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Portanto, o Partido Socialista não recebe lições de ninguém, muito menos do Sr. Deputado, em relação a quem é que propôs, em primeiro lugar, esta isenção.

Aplausos do PS.

Mas, já agora, pergunto-lhe uma outra coisa, Sr. Deputado: se tem tanta pressa em tentar imitar o Partido Socialista — que foi quem em primeiro lugar anunciou estas medidas —, será que vão, de uma vez por todas, pagar a horas aos bombeiros?

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É surreal!

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, por já supor que o Partido Socialista, incomodado, ia pôr estas questões, tenho aqui a sucessão das propostas do Partido Socialista:…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — … de três para cinco, depois de cinco para seis — todas elas depois de o PSD ter apresentado a sua proposta — e, no fim, já com medo de que a proposta do PSD fosse votada antes, tratou de tentar igualar até na colocação dessa mesma proposta, para poder ver a sua proposta apresentada.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Então responda à pergunta!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — A seriedade vê-se assim. A seriedade vê-se quando fazemos o trabalho de casa e andamos a ver como é que conseguimos vencer os outros.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Responda à pergunta!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Chama-se a isto, além de tudo aquilo que eu disse, tática política. É isto que o Partido Socialista sabe fazer; não sabe ver a realidade, só sabe ir atrás dos outros.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado Miguel Matos pede a palavra. Para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já começa?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, gostava só de solicitar a distribuição, pela Mesa, às Sr.as e Srs. Deputados, da proposta do Partido Socialista a que o Sr. Deputado fez referência, a 1373, sendo que a proposta de alteração a que o PSD se está a referir é a 2044. Portanto, houve 700 propostas de alteração submetidas entre uma e a outra.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já está feito o ponto, Sr. Deputado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Acho que ficou muito claro qual foi a ordem das propostas de alteração, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já está feito o ponto.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Gostava que distribuísse esta informação.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado António Rodrigues pede a palavra.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Que é uma interpelação, eu sei. Eu estava era a pensar se iria tentar antecipar a sua interpelação, mas faça-a, Sr. Deputado.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, só queria que, já que a Mesa vai ter esse trabalho de verificar as propostas todas, que verificasse a cadência das alterações que sucessivamente o Partido Socialista apresentou…

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — … depois de a proposta do PSD ter sido apresentada.
Portanto, sendo 2300 ou 2000, só depois de 2000 é que o Partido Socialista acordou para esta matéria.

Aplausos do PSD.

Protestos do PS e contraprotestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos então dar condições para continuarmos o debate do artigo 60.º.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ninguém estava interessado nesta discussão.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Sr. Deputado que vai fazer uma intervenção está exatamente no meio da troca de palavras que está a acontecer entre as bancadas e, portanto, peço que deem condições para a intervenção do Sr. Deputado Hugo Costa, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. **Hugo Costa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, o que trazemos hoje nesta proposta é simples: justiça fiscal sem encargos orçamentais.

Justiça para milhares de trabalhadores independentes que, ano após ano, são tratados pelo Estado como contribuintes de segunda e sem qualquer tipo de progressividade.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Mas quê, desde 2023?!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Hoje, um profissional independente com pouco mais de 1200 € mensais é obrigado a entregar 23 % de retenção, mais do dobro do que pagaria se tivesse exatamente o mesmo rendimento por conta de outrem.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Acho que são bem diferentes!

O Sr. **Hugo Costa** (PSD): — Isso não é neutro, não é profissional e, acima de tudo, é injusto.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Mas só agora? Foi de hoje? Onde é que andou?!

O Sr. **Hugo Costa** (PSD): — O Partido Socialista recusa esta desigualdade e recusa também a desculpa fácil do Governo da AD, que se esconde atrás de dificuldades técnicas que ninguém leva a sério ou em que ninguém acredita.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Já cá andava mas não dizia isso!

O Sr. **Hugo Costa** (PS): — Afinal, a AD já acompanha a faturação destes trabalhadores em tempo real através do IVA.

Portanto, quando o Governo diz que não é possível, o que realmente quer dizer é que não quer fazer. A nossa proposta é clara: progressividade na retenção, alinhamento entre trabalhadores dependentes e independentes e mais liquidez para quem vive do seu trabalho. É equidade, é racionalidade e é justiça fiscal.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, impõe-se como medida fundamental de justiça fiscal para os rendimentos mais baixos a atualização do valor da dedução específica para os 5170 €, recuperando os mais de 31 % de inflação perdidos no congelamento entre 2010 e 2024 e os 2,4 % em 2025.

Numa visão enviesada, o Governo quer baixar a tributação das rendas até aos 2300 €. Mas, pergunto: por que razão os rendimentos prediais ou de capital pagam menos imposto do que os rendimentos de trabalho? E que justiça fiscal há em um trabalhador pagar mais taxa de IRS sobre o seu salário do que um grande proprietário que vive das suas rendas?

O PCP defende o englobamento obrigatório de todos os rendimentos a partir dos 83 696 € de rendimento coletável, incluindo os rendimentos prediais e de capitais.

Outra medida fiscal é o aumento para 10 do número de escalões do IRS, incluindo a fixação na estrutura do imposto da taxa adicional de solidariedade, a aplicar nos dois últimos escalões.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em matéria de impostos,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Este é um bom Orçamento!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … este Orçamento reflete a quarta descida de IRS em 18 meses de governação da AD;…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … na segunda descida consecutiva de IRC em 18 meses de governação da AD; e a segunda descida consecutiva dos IEC, os impostos especiais sobre o consumo, em 18 meses de governação da AD.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — São 3,8 mil milhões de euros.

Srs. Deputados do PSD, aos 3,5 há que somar os 200 milhões de euros da redução dos IEC (impostos especiais sobre o consumo) em dois anos consecutivos, e, por isso, no total, são 3,8 mil milhões de euros de impostos que, por decisões dos governos da AD, ficaram nos bolsos das famílias, ficaram nas empresas…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … e ajudam agora o País a ultrapassar todas as expectativas de crescimento, como ocorreu no terceiro trimestre deste ano.

A redução de impostos é uma parte central do programa económico do Governo.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

E é uma parte a que o CDS dá uma particular importância por duas razões muito importantes. Por um lado, porque só com uma redução de impostos é possível pôr o País a crescer mais. Está mais do que provado, quer por estudos nacionais quer por estudos internacionais, uma redução do IRC é um instrumento decisivo para o PIB, para que o crescimento económico de um país possa progredir mais rapidamente. É isso que Portugal quer fazer. É esse o rumo deste Governo e esse é um rumo que o CDS apoia.

Mas, sobretudo, defendemos que a redução de impostos é absolutamente decisiva, porque é a única forma de dar mais força à sociedade civil e, sobretudo, mais liberdade às famílias.

Sempre que o Estado decide reduzir impostos às famílias, significa que o Estado toma uma decisão fundamental, de considerar que as famílias gerem melhor o seu dinheiro, têm mais capacidade de decidir o que fazer com o seu dinheiro, do que o próprio Estado.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E nós acreditamos nessa sociedade. Acreditamos numa sociedade em que o Estado não seja omnipresente, em que tome decisões todos os dias pelas famílias. Acreditamos numa sociedade livre, numa sociedade civil forte e numa sociedade civil composta por famílias com mais liberdade de disporem do seu dinheiro.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E isso só se consegue de duas formas, aumentando o rendimento e as remunerações — e no ano passado aumentaram 8 % em Portugal — e reduzindo os impostos.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Nós defendemos a redução dos impostos; nós defendemos mais liberdade para as famílias; nós defendemos uma sociedade civil mais forte.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, Srs. Membros do Governo, se, em Portugal, é difícil para um casal jovem viver, tendo em conta o aumento de custo de vida, tendo em conta o aumento das rendas, já para não falar da pensão que não vão receber — segundo o *Ageing Report*, 40 % do último salário —, o que dizer de um casal jovem que tem filhos? Ainda mais difícil é.

Portanto, temos de nos preocupar com os pensionistas, com os pensionistas do futuro e, sobretudo, com o futuro de Portugal. E não há futuro de Portugal se não existir natalidade e se não tivermos mais filhos.

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Ah! Grande pró-vida que temos aqui!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Bem sabemos que as políticas públicas de incentivo à natalidade são difíceis. Não é fácil, não é claro o que é que deve ser feito, mas uma coisa parece-nos evidente: o Estado tem de fazer alguma coisa. E «alguma coisa» poderá ser começar por aliviar as famílias do elevado peso fiscal que incide sobre elas.

E é exatamente por isso — porque precisamos de garantir um futuro e não há futuro sem novas gerações — que temos de garantir que há um apoio à natalidade e que estamos a propor recuperar algo, uma das muitas coisas que a geringonça, ou o que resta da geringonça, terminou, em 2016, que são os quocientes familiares para os filhos dependentes.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Olha, muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Recuperamos essa proposta com uma lógica progressiva: quem tem mais filhos, tem um quociente maior e, portanto, tem uma recuperação maior em sede de IRS, que é apenas uma ajuda — estamos a devolver aos portugueses o dinheiro que é deles e que não é do Estado.

Portanto, não estamos à espera de que do lado da esquerda queiram recuperar essa proposta, que aniquilaram em 2016,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — … mas parecer-nos-ia um enorme contrassenso que os partidos de centro e centro-direita, do PSD ao Chega, vetassem esta proposta, que é a tentativa — uma vez mais, repito — que temos de garantir que há futuro para Portugal. E não há futuro para Portugal sem novas gerações.

Aplausos da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pede ao PS!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Já existe alternativa ao quociente familiar!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não para dependentes!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos para o artigo 51.º

Para uma intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Coimbra.

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, o Banco Português de Fomento resulta de uma decisão política de um Governo do Partido Socialista, e foi criado, em 2020, com competências de fomento económico até então dispersas por vários organismos. Hoje, ninguém duvida do mérito nem da importância do Banco Português de Fomento, que continua a ser um instrumento muito importante para a atividade económica em Portugal.

É nesse contexto que o Partido Socialista apresenta uma proposta para que seja criada uma verdadeira política de incentivo, de apoio, à economia azul, com um reforço significativo do investimento para esta área. Portugal detém uma das maiores zonas económicas exclusivas da Europa e ela constitui um património marítimo de relevância global.

Apoiar *startups*, pequenas e médias empresas, empresas maduras e consolidadas, projetos e operações na aquacultura sustentável, na biotecnologia marinha, nos bioplásticos, na monitorização oceânica, nas energias renováveis, modernização das infraestruturas marítimas e portuárias é absolutamente relevante para o País.

Aplausos do PS.

Por isso, o incentivo que damos ao Governo é para que este investimento seja sustentado, seja uma evidência e seja reforçado, para bem do País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Passamos para o artigo 61.º.

Para uma intervenção, pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, além da redução do IRC, que o Governo PSD-CDS, o Chega e a Iniciativa Liberal querem levar aos 17 %,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — 12 % e 15 %!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … sacrificando 2000 milhões de euros de receita já em 2026, o Governo dará mais de 1800 milhões às grandes empresas em benefícios fiscais no IRC.

No combate aos privilégios, o PCP propõe o agravamento da derrama estadual sobre os lucros superiores a 50 milhões de euros, a revogação das isenções fiscais das empresas sediadas fora do País, mas que aqui obtêm os seus lucros, e a eliminação dos benefícios fiscais.

Propomos também a progressividade do IRC, repondo os 21 % de taxa geral, mas reduzindo-a para os 12,5 % ou para os 15 %, consoante a matéria coletável das micro, pequenas e médias empresas. É necessário tributar o património imobiliário,…

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E o PCP?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O património dos partidos!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … incluindo ações de valor superior a 1 milhão de euros, contribuindo para o aumento das receitas do Estado em pelo menos 500 milhões de euros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! O IVA do Avante!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Urge agir fiscalmente sobre os mais de 8 mil milhões de euros que, só neste ano, estão a fugir para paraísos fiscais e sobre os quais o PCP propõe uma taxa de 35 %. Disse.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Disse, mas disse mal!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos para o artigo 62.º
Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do Grupo Parlamentar do CDS-PP.

Pausa.

Parece que o Sr. Deputado retira o pedido de uso da palavra.
Então, sobre o mesmo artigo, o artigo 62.º, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, tem a palavra a Sr.ª Deputada Angélique Da Teresa.

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, a Iniciativa Liberal volta a insistir com o que tem sempre dito: a habitação é um bem essencial, logo, o IVA da construção é para baixar para a taxa mínima.
A ação social da habitação tem de passar a ser da inteira responsabilidade do Estado. O imposto das rendas é para baixar, o IMI tem de gerar concorrência entre municípios, os devolutos do Estado são para aparecer, as deduções com as casas são para aumentar.
Enquanto a construção e a oferta nova de casas se restabelecem, é preciso arranjar estímulos positivos para que, rapidamente, as casas que estão fechadas passem a estar disponíveis — casas fechadas, sem contratos de arrendamento nos últimos cinco anos, passam a estar isentas de impostos durante cinco anos.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Isto dinamiza o arrendamento, diminui o risco, traz mais casas para os arrendatários e combate a informalidade.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Para além disso, é preciso tirar o garrote das mais-valias, em que o Estado diz que para se ter isenção deste imposto é preciso reinvestir na compra de uma casa.
Portugal tem mais de 1 milhão de segundas habitações e, ainda assim, o Estado incentiva a que quem tem empate o dinheiro em casas fechadas.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — Que sentido é que isto faz?
Pior! Só a partir dos 65 anos se podem aplicar mais-valias em poupanças, se se quiser, sem se ser penalizado; todos os outros não podem. Se isto não é uma aberração num País com o interior desertificado, em que os jovens saem cada vez mais tarde da casa dos pais, em que quem tem 30 anos corre o risco de perder 60 % do seu rendimento de trabalho quando chegar à reforma e em que, para além disso, a taxa de poupança é baixa, então não sei o que é que falta inventar.
Por sabermos que há quem confunda reformas com radicalismo, propomos implementar esta proposta durante um ano — um ano para mostrar que funciona e faz falta a Portugal.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Do Grupo Parlamentar do PSD, tem a palavra a Sr.ª Deputada Vânia Jesus.

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.as e Srs. Membros do Governo, o Grupo Parlamentar do PSD propõe estender até 2033 os efeitos do quarto Regime da Zona Franca da Madeira.

A prorrogação é urgente e necessária para garantir segurança jurídica, maior previsibilidade aos investidores e competitividade internacional.

No orçamento de 2025 prolongaram-se as licenças para novas empresas até 2026, mas os efeitos ficaram limitados a 2028 e há uma razão: porque o Partido Socialista e o Chega rejeitaram a proposta do PSD.

Protestos do CH.

Vozes do PSD: — É verdade!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Curiosamente, o Partido Socialista apresenta agora uma cópia da nossa proposta,…

Vozes do PS: — Ah!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — … a mesma que recusou há um ano e, se nos tivessem dado razão, há uma certeza que tenho, Sr.as e Srs. Deputados: hoje já teríamos mais empresas,…

O Sr. **Paulo Neves** (PSD): — É verdade!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — … mais postos de trabalho criados, mais captação de negócios e de investimento para o País.

Aplausos do PSD.

Também com o Chega, que votou contra esta proposta anteriormente, insisto: não chega insistir que é preciso mais inovação, mais competitividade, mais empregos, é preciso que votem favoravelmente em medidas que verdadeiramente os criam.

Vozes do PSD: — É verdade!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — A zona franca representa milhares de postos de trabalho, centenas de empresas, milhares de famílias que dela dependem. Sete anos de estabilidade permitem à Madeira competir de igual para igual com outros centros internacionais; não o fazer é favorecer concorrentes externos, é afastar empresas, é perder competitividade, é travar o investimento na região e no País.

Vozes do PSD: — Verdade!

A Sr.ª **Vânia Jesus** (PSD): — Portanto — e termino, Sr.as e Srs. Deputados —, esta proposta tem o mérito de não aumentar a despesa e espero que acompanhem esta iniciativa, porque, ao fazê-lo, estão a contribuir para mais emprego, mais investimento, mais jovens qualificados a fixarem-se no País, mais atratividade económica e, consequentemente, mais riqueza e crescimento para Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para uma intervenção em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Sr. Presidente, no decurso dos trabalhos foram feitas algumas críticas ao Governo, que impõem alguns esclarecimentos.

Começando pelo Chega, o Sr. Deputado André Ventura referiu a palavra «incompetência». Ora bem, o Chega fez 613 propostas de alteração, sobre tudo e mais qualquer coisa. Será isso incompetência?

Vozes do CH: — É trabalho! É trabalho!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Das 613 propostas de alteração, zero foram quantificadas. Será isso incompetência?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade! Não é verdade!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Mentira!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Mas o Governo, como é diligente, foi avaliar as propostas de alteração do Chega com mais impacto e chegou a um número de vários milhares de milhões de euros,…

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Diga quantos! Diga quantos, Sr. Secretário de Estado! Ou não sabe?!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … vários milhares de milhões de euros.

A questão é: quer o Chega infligir ao País os épicos défices que trouxe a governação do Partido Socialista em 2011?

Vozes do CH: — Não sabe nem faz! É mentira!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Ou querem, então, dizer como é que vão compensar este tsunâmi de despesa? Será cortando nas forças de segurança, na saúde,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não, é nos gabinetes dos Ministros! Olhe, é no seu gabinete!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … ou será que querem subir o ISP? Fica a questão.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Demagogia!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — O Sr. Deputado André Ventura falou de má-fé e de incompetência. Não será má-fé e incompetência…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É, é!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … propor alterações orçamentais absolutamente incomportáveis, sem explicar como é que compensam e nem sequer o admitir?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Do PS ouvimos a estafada crítica da falta de credibilidade e do otimismo do cenário macroeconómico do Governo.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — A comissão diz que é zero!

Protestos do Deputado do PSD Paulo Neves.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Eu relembro o Sr. Deputado Miguel Costa Matos que, em 2024, o PS previa um défice orçamental para o ano 2025. Não se vai verificar e o PS já retratou e já reviu a sua posição. Cá estaremos em 2026 para assistir exatamente ao mesmo espetáculo.

Relembro também, relativamente à questão do crescimento no cenário macroeconómico, que o PS apresentou às eleições de maio deste ano, há poucos meses,…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Era quase igual ao da AD!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … um crescimento previsto para o horizonte da legislatura que rondava os 2 %. Por isso, tenho dificuldade em compreender a crítica que faz, quando apresentamos um cenário macroeconómico de crescimento de 2,3 % em 2026.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vocês seguem as previsões do Banco de Portugal!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Acreditam no Centeno, mais valia acreditar no Pai Natal!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — O Partido Socialista falou aqui também do Banco Português de Fomento. Ora bem, o Banco Português de Fomento foi criado pelo Governo da AD, dirigido pelo Dr. Pedro Passos Coelho, e não pelo Partido Socialista.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — E agradeço a invocação do Banco Português de Fomento, porque é uma excelente metáfora da governação do Partido Socialista: o tempo passou, passou, passou e nada aconteceu,…

Vozes do PSD: — Não estudam, temos pena!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … em contraste, este Governo pegou no Banco Português de Fomento, resolveu os problemas que impendiam sobre a sua organização e tem hoje uma instituição que é elogiada por todos os quadrantes da sociedade e em vários fóruns internacionais.

Relativamente à Iniciativa Liberal, o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes invocou Neil Armstrong, e bem, porque a Iniciativa Liberal parece que vive na lua: tem propostas hiperbólicas no domínio dos impostos, mas não explica como é que as compensa…

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Explica, explica!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … e, independentemente do mérito das propostas, até acrescenta despesa pública quando quer fazer passar funções sociais do setor privado para o Estado.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — É para isso que ele serve!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Do Estado!

A Sr.ª **Angélique Da Teresa** (IL): — A responsabilidade é do Estado, não é dos privados!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — É só isso que sabe dizer?! Estava à espera de mais!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — O Livre traz duas ideias para o debate orçamental, um torpedo orçamental, sob a forma de propostas que têm um aumento de despesa de quase 10 mil milhões de euros, o que levaria o País diretamente para a bancarrota, e depois uma ideia de que consegue resolver os problemas da economia reduzindo a semana de trabalho para quatro dias e pondo os portugueses a dormir.

O PCP acusa o Governo de não valorizar os trabalhadores do setor da saúde, do setor público da saúde.

Pois bem, desde que o primeiro Governo da AD tomou posse, há um ano e meio, foram revistas as carreiras dos médicos, dos enfermeiros, dos farmacêuticos, dos técnicos do INEM, dos técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, dos técnicos superiores de saúde, dos administradores hospitalares e está em curso a análise da distinção dos técnicos auxiliares de saúde.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Fizeram isso tudo e não resolveram os problemas, veja lá!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Para o PCP, quando falam de impostos, o PCP e o Bloco de Esquerda encaram o capital como um homem gordo de cartola, que fuma, que acende os seus charutos com notas de 10 € ou 50 €.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

As empresas e o capital são uma construção jurídica, que permite juntar empreendedores e trabalhadores para organizar processos de produção para produzir os bens e os serviços de que as pessoas precisam para viver…

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

… e, no processo, pagar salários e pagar impostos. É disso que falamos, quando falamos de capital.

O Bloco de Esquerda virou um partido monodeputado e também um partido monotemático. Fez quatro intervenções e, nas quatro intervenções, falou sempre sobre o mesmo tema: a alegada dupla redução de impostos à banca, o que é falso, ainda por cima. Uma delas é a eliminação de uma contribuição que foi declarada inconstitucional…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A lei estava mal feita pela geringonça!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … e relativamente à qual o Sr. Ministro do Estado das Finanças já referiu que vai haver, por parte do Governo, uma proposta de compensação dessa perda de receita, e a outra é dizer que o IRC — que abrange todas as empresas, que são centenas de milhares no nosso País — se aplica só à banca, ou é isso que está implícito.

E, portanto, era, no final do debate deste primeiro dia, aquilo que se me oferecia dizer.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, era para pedir a distribuição do Programa Eleitoral da AD, porque é esse que vincula o Sr. Secretário de Estado, e não o Programa Eleitoral do Partido Socialista.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Obrigado, Sr. Deputado. Tem de concluir.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É os valores do crescimento económico, que estão no Programa Eleitoral da AD, que o Sr. Secretário de Estado tem de cumprir. Não são os do PS.

Protestos do CDS-PP e do PSD e de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Já fez o ponto. É um documento público, conhecido por todos.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida e contraprotestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Também é para uma interpelação à Mesa? Diga, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é apenas para dizer que o Sr. Secretário de Estado referiu que o Chega não tinha nenhuma proposta quantificada. Eu queria fazer distribuir ao Governo, neste caso, o relatório da UTAO…

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — 3 %!…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — … sobre o impacto na coleta de IRS da proposta de alteração 275-C, do Chega.
Eu sei que o Sr. Secretário de Estado não conhece bem o País real, por isso, têm interesse as propostas do Chega.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Também já fez o seu ponto, Sr. Deputado.
O Sr. Secretário de Estado tem um pedido de esclarecimento, que será feito pela Sr.ª Deputada Mariana Leitão, do Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, que tem até 2 minutos.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — O Governo quer fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Uma interpelação não é para responder.
Então, é uma interpelação à Mesa. Faça favor, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Sr. Presidente, só para esclarecer a bancada do Chega…

Vozes do PSD e do CDS-PP: — AD! AD!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … de que a UTAO…

Protestos do CH, do PS, da IL e do PCP.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — É à Mesa. Diga, Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — … que a UTAO não é controlada pelo Chega.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — O quê? Não se percebeu!

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — Ajudem-me!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Vamos ao pedido de esclarecimento, porque o Sr. Secretário de Estado também terá de responder. Tem até 2 minutos, Sr.ª Deputada Mariana Leitão.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Secretário de Estado, sabe perfeitamente como é que a Iniciativa Liberal compensa as suas baixas de impostos.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Demagogia! Cortes!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Compensa com a reforma do Estado, que os senhores não têm a coragem de fazer, que, Orçamento após Orçamento, só conseguem aumentar a despesa do Estado, cobrada aos contribuintes.

Quanto às funções sociais do Estado, Sr. Secretário de Estado, responda-me, por favor: a quem é que compete assegurar as funções sociais do Estado? É ao Estado, através das contribuições e impostos, ou é às empresas e às pessoas?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Para responder, até 2 minutos, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado.

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Mariana Leitão, relativamente à sua questão, estamos de acordo em que as funções sociais do Estado devem ser e estão a cargo do Estado.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Tem dúvidas?

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — É preciso justiça fiscal!

O Sr. **Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento**: — Mas o meu ponto foi que existe um conjunto de medidas que reduzem a receita e para as quais não há compensação do lado da despesa. Pelo contrário, aquilo que aqui ouvimos foram propostas que aumentam a despesa.

E o exercício orçamental de governação é um exercício de escolhas. Portanto, nós não podemos ter menos receitas e mais despesas. Foi só essa a questão que eu quis levantar.

Aplausos do PSD.

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — É só o que fazem, aumentar a despesa!

O Sr. **Presidente** (Rodrigo Saraiva): — Muito obrigado. A sessão, por hoje, está terminada.

Recordo que amanhã, às 10 horas da manhã, a reunião começa com a discussão de artigos remetidos a Plenário e normas avocadas. Haverá, depois, votações. Voltaremos, depois, ao debate, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 37/XVII/1.ª (GOV) — Orçamento do Estado para 2026.

Bom trabalho para aqueles que vão, durante a tarde e a noite, estar nas votações.

Eram 13 horas e 44 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.